

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AILTON CAMARGOS

**EDUCAÇÃO, ORDEM E PROGRESSO: GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA (SÃO
GOTARDO-MG, 1913-1931)**

Uberaba, MG

2019

AILTON CAMARGOS

**EDUCAÇÃO, ORDEM E PROGRESSO: GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA (SÃO
GOTARDO-MG, 1913-1931)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Uberaba, MG

2019

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Camargos, Ailton.
C14e Educação, ordem e progresso: Grupo Escolar Afonso Pena (São Gotardo-MG, 1913-1931) / Ailton Camargos. – Uberaba, 2019.
97 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos.
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

1. Educação – Brasil. 2. Escola – Organização e administração. 3. Ensino primário – Brasil. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 370.981

Ailton Camargos


**EDUCAÇÃO, ORDEM E PROGRESSO: GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA
(SÃO GOTARDO-MG, 1913-1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 19/02/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba.


Prof.^a Dr.^a Fernanda Barros
UFG – Universidade Federal de Goiás.


Prof.^a Dr.^a Giseli Cristina do Vale
UNIUBE - Universidade de Uberaba.

Dedico esta, àquela que sempre esteve ao meu lado, que sempre me apoiou minha esposa Luciana C. Camargos, e aos meus filhos, minha inspiração Sophia C. Camargos e Kauê Ian de Camargos, minha família meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, meu principal companheiro em todos os momentos de minha caminhada.

Agradeço ao Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto pelas muitas e valiosas contribuições e orientações, nunca permitindo que me perdesse e mantivesse o foco deste trabalho e ou me deixou só ao percorrer este trabalho de pesquisa e investigações e produção deste trabalho muito prazeroso e importante.

Ao amigo, Mestre Gilson professor CESG-MG , que de maneira direta foi quem me apresentou para a realização de meu sonho, de se fazer um mestrado, me apresentou e muito contribuiu para o meu ingresso no mesmo, companheiros de muitas jornadas nas idas e vindas até Uberaba- MG.

Um agradecimento todo especial às Doutoradas Fernanda Telles e Giseli Gatti que de muito contribuíram para a revisão deste trabalho com brilhantes sugestões em minha qualificação.

A todos os grandes amigos e professores que tive o privilégio de estar em vossas presenças ao longo deste biênio de estudo junto ao mestrado da UNIUBE MG. Muito Obrigado.

À minha esposa, Luciana Camargos e Camargos, que sempre torceu e participou dos meus momentos de angústia nesta busca feliz do meu sonho. Minha companheira preferida.

Aos meus filhos Sophia Christine de Camargos e Kauê Ian de Camargos, antes de tudo me serviram de inspiração para a busca desta realização, além de torcerem e se preocuparem comigo nestas idas e vindas à Uberaba ao longo destes anos de estudo.

CAMARGOS, Ailton. **EDUCAÇÃO, ORDEM E PROGRESSO: GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA (SÃO GOTARDO-MG, 1913-1931)**. Uberaba: 2019. 97 fls. Dissertação (Mestrado) Universidade de Uberaba.

RESUMO

O presente trabalho apresenta o cenário da educação nacional e estadual dos Grupos Escolares na Primeira República até a criação e implantação do Grupo Escolar Afonso Pena Junior, da cidade de São Gotardo, Minas Gerais, cidade esta localizada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, dos anos de 1913 a 1931. Buscando apresentar os resultados da pesquisa que foi realizada no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da UNIUBE (Universidade de Uberaba), na linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos. Esta pesquisa apresenta questões pertinentes ligadas à criação e implantação do Grupo Escolar Afonso Pena Junior, este grupo escolar é considerado como sendo o pioneiro de sua região. O recorte temporal que foi utilizado para esta pesquisa, apresenta dois motivos: vai desde sua criação em 1913 e vai até 1931, momento final este, em que a construção do atual prédio ocupado pela Escola Afonso Pena atualmente foi finalizado, e o grupo escolar passou a funcionar em neste novo e mais moderno prédio e também atende a este recorte temporal o fato de ter ocorrido uma mudança na educação em nível nacional com a criação do Ministério da Saúde e Educação este proposto pelo governo do Presidente Vargas na década de 1930 e estadual a partir da Reforma Francisco Campos em 1928. Diante desta temática, esta investigação foi desenvolvida buscando a responder a seguinte problemática: as implicações em torno do ensino público sangotardense e o processo de criação e organização do primeiro Grupo Escolar da cidade de São Gotardo MG. Partindo das políticas públicas educacionais no período compreendido entre as décadas de 1913 a 1931, no Brasil, em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e de forma especial no município de São Gotardo. A pesquisa busca apresentar a tentativa de modernizar o ensino público de São Gotardo, influenciado pelos ideais republicanos e positivistas da educação. A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender os fatores históricos que levaram à criação o Grupo Escolar Afonso Pena Junior, primeiro grupo escolar implantado no município e em sua região. Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) identificar o contexto histórico dos primórdios da educação brasileira até a Primeira República por volta da criação dos grupos escolares no Brasil Republicano e Mineiro; b) Compreender a instauração da política em torno dos grupos escolares no estado de Minas Gerais; c) analisar a criação e a instalação do Grupo Escolar Afonso Pena Junior. Em uma abordagem bibliográfica, documental e qualitativa, realizada buscando levantar as bibliografias relacionadas ao tema e levantar as fontes primárias constituídas de maneira legal como, atas, relatórios dos inspetores, documentos oficiais da criação e da instalação da instituição em apreço, fotografias vinculadas ao período, levantados nos arquivos da Câmara Municipal de São Gotardo, do Arquivo Público da Secretaria de Cultura e documentações preservadas pela Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena. Os resultados percebidos foram: o espaço físico era insuficiente para a quantidade de alunos, o que acarretou logo a construção de outro prédio maior. Não havia professores em número e com preparos didáticos. O material didático era escasso. Havia uma rotatividade de diretores um a cada ano.

Palavras-chave – Instituições Escolares. Grupos Escolares. Ensino Primário.

ABSTRACT

The present work presents the scenario of national and state education of the School Groups in the First Republic until the creation and implantation of the School Group Afonso Pena Junior, of the city of São Gotardo, Minas Gerais, a city located in the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, of the years from 1913 to 1931. In order to present the results of the research that was carried out in the Graduate Program - Master in Education of UNIUBE (Uberaba University), in the line of research: Educational Processes and their Fundamentals. This research presents pertinent questions related to the creation and implementation of Afonso Pena Junior School Group, this school group is considered to be the pioneer of its region. The temporal cut that was used for this research, presents two reasons: it goes from its creation in 1913 and goes until 1931, final moment this, in which the construction of the current building occupied by the Afonso Pena School is currently finished, and the school group has passed to work in this new and more modern building and also attends to this temporal cut the fact that there has been a change in education at the national level with the creation of the Ministry of Health and Education this proposed by the government of President Vargas in the 1930s and state from the Francisco Campos Reform in 1928. In the face of this theme, this research was developed in order to answer the following problems: the implications of public education in the state of São Tomé and the process of creation and organization of the first School Group of the city of São Gotardo MG. Starting from public educational policies in the period from 1913 to 1931, in Brazil, in Minas Gerais, in the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba and especially in the municipality of São Gotardo. The research seeks to present the attempt to modernize the public education of St. Gotthard, influenced by the republican and positivist ideals of education. The present research had as general objective to understand the historical factors that led to the creation of the School Group Afonso Pena Junior, first school group implanted in the municipality and in its region. The specific objectives of this research are: a) to identify the historical context of the beginnings of Brazilian education up to the First Republic around the creation of school groups in Republican and Mineiro Brazil; b) Understand the establishment of the policy around school groups in the state of Minas Gerais; c) analyze the creation and installation of Afonso Pena Junior School Group. In a bibliographical, documentary and qualitative approach, carried out in order to raise the bibliographies related to the subject and to raise the primary sources constituted of legal form as, minutes, reports of the inspectors, official documents of the creation and installation of the institution in appreciation, photographs related to the period , collected in the archives of the Municipality of São Gotardo, the Public Archive of the Department of Culture and documentation preserved by the Conselheiro Afonso Pena State School. The perceived results were: the physical space was insufficient for the number of students, which soon led to the construction of another larger building. There were no teachers in numbers and didactic preparation. The didactic material was scarce. There was a rotation of directors one each year.

Keywords - School Institutions. School Groups. Primary school

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1: Reformas Educacionais Primeira República	35
TABELA 2: Dados dos Grupos escolares estado de São Paulo	54

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de Minas Gerais por mesoregiões	56
FIGURA 2: Mapa de Minas e dos Gerais	58
FIGURA 3: Mapa Minas Gerais, 1924.	63
FIGURA 4: Recorte Mapa Minas 1924 Triângulo Mineiro.....	64
FIGURA 5: Mapa Político atual de Minas Gerais	70
FIGURA 6: Decreto de Criação do grupo Escolar Afonso Pena Junior.	73
FIGURA 7: Foto Affonso Penna Junior.....	74
FIGURA8: Construção do Grupo Escolar Afonso Pena.....	75
FIGURA 9: Recortes da Ata de reunião dos vereadores do dia 16 de setembro de 1919.....	76
FIGURA 10: Ata reunião Vereadores pedindo inauguração do Grupo Escolar Afonso Pena	77
FIGURA 11: Inauguração do Grupo Escolar Afonso Pena	79
FIGURA 12: Cópia da Ata de reunião da primeira reunião da Caixa Escolar.....	80
FIGURA 13: Ata reunião Caixa Escolar.....	81
FIGURA 14: Ata de reunião da Câmara dos vereadores de 04 de maio de 1920.....	82
FIGURA 15: Professora Maria Guiomar e sua turma de 1922	84
FIGURA 16: Grupo Escolar Afonso Pena São Gotardo MG 1921 Antônio Nelson de Moura (diretor), Joaquim Pinheiro (professor) e a primeira turma de alunos.....	85
FIGURA 17: Alunos professores e diretor Grupo Escolar Afonso Pena no ano de 1928.	87
FIGURA 18: Foto do prédio da Atual E. E. Cons. Afonso Pena.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL EM SEUS PRIMÓRDIOS ATÉ DO INÍCIO SÉCULO XX	18
1.1 SOCIEDADE BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO COLONIAL	18
1.2 SOCIEDADE BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO IMPERIAL.....	21
1.3 FATOS MARCANTES PARA FORMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	24
1.4 A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	26
1.5 REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL PRIMEIRA REPÚBLICA	35
2 IDEIAS REPUBLICANAS E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA E O SURGIMENTO DOS OS GRUPOS ESCOLARES.	42
2.1 GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE SÃO PAULO	43
2.2 GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	56
2.2.1 MINAS GERAIS E SEU TERRITÓRIO	56
2.3 GRUPOS ESCOLARES NO TRIÂNGULO MINEIRO	63
3 A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA JUNIOR	66
3.1 BREVE HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG	66
3.2 BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO GOTARDO/MG.....	71
3.3 INSTITUIÇÃO E CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA.....	73
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se ao desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o Grupo Escolar Afonso Pena Junior, hoje Escola Estadual de mesmo nome, situada na cidade de São Gotardo, na mesorregião, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais.

Este trabalho partiu da necessidade de uma busca histórica que envolve as Instituições Escolares, sobretudo do ensino público no Brasil, como forma de deixar registrado o início desta escola hoje centenária no município de São Gotardo e uma das pioneiras no estado de Minas Gerais. E que ainda foi este Grupo Escolar pioneiro na região do Alto Paranaíba e o único a funcionar neste município de São Gotardo por 35 anos.

A escolha deste estudo está ligada a três fatores específicos e muito salutares; primeiro pelo fato de ter nascido em São Gotardo-MG e ainda residir, e sou professor ligado ao ensino público e superior deste município, segundo que a cidade de São Gotardo se mobilizou em torno da comemoração do centenário de criação deste Grupo Escolar hoje Escola Estadual Afonso Pena. E por último e, não menos importante, pelo fato de ser graduado e professor de História, percebi que muito pouco, ou quase nada existe publicado sobre este grupo tão importante para a história da educação do município de São Gotardo.

Quando se busca compreender o processo de formação do sistema educacional brasileiro, faz-se necessário recorrer a uma análise histórica como forma de compreender os fatores que moldaram a educação nos séculos XIX e XX. Para tal, a presente pesquisa pretende analisar o desenvolvimento educacional no Brasil com maior ênfase no final do século XIX e início do século XX, onde se destacará o início do período republicano e a criação dos grupos escolares no Brasil.

Nossas motivações partem de estudos que demonstram o caráter excludente ou de oferta diferenciada da educação para diferentes estratos da população como evidenciado por Stigar e Schuck (2009, p 2)

A educação no Brasil caminhou por veredas tortuosas desde o início, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre esteve voltada a estratificação e dominação social. Esteve arraigada por diversos séculos em nossa sociedade a concepção de dominação cultural de uma parte minúscula da mesma, configurando-se na ideia básica de que o ensino era apenas para alguns, e por isso os demais não precisariam aprender.

Nessa análise o foco se dará sobre as mudanças ou tentativas de mudança da educação, onde serão observadas as questões de formação de professores, criação de escolas,

organização escolar, métodos de ensino, etc. em um determinado momento da história do Brasil, a Primeira República, marcado pela preocupação dos republicanos com a educação, visando a formação de uma nova sociedade, diferente daquela do período anterior o Imperial.

Faço um relato do ensino público de São Gotardo até a criação do grupo escolar. Como parte integrante do curso de Mestrado em educação da UNIUBE-MG o que vai ao encontro do que foi apresentado por Paolo Nosella e Ester Buffa (2013, p.19):

Atualmente, os estudos das instituições escolares representam um tema de pesquisa significativa entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação. Tais estudos realizados quase sempre nos programas de pós graduação em Educação, privilegiam a instituição escolar consideradas em materialidade e em seus vários aspectos.

Como forma de se observar na prática esse processo de mudança, optou-se por investigar a implantação da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena, de São Gotardo/MG.

O Grupo Escolar Afonso Pena Junior, foi criado pelo decreto de n.3857 de 1º de abril de 1913 com o nome Grupo Escolar Affonso Penna Junior, em homenagem ao Secretário do interior do estado de Minas Gerais daquela época, que patrocinou a criação do grupo, doou o terreno e financiou a construção do primeiro prédio desta escola, hoje já demolido. Além disso, contribuiu para a criação da Escola Normal no ano de 1928 já no município emancipado de São Gotardo, o município foi emancipado no ano de 1915. A Escola normal passou a funcionar no prédio do grupo escolar após este ser transferido para seu prédio novo em 1931.

A escolha desse tema se dá em razão da necessidade de se aprofundar o estudo do processo de formação da educação brasileira, observando as iniciativas que se mostraram importantes no período abordado. A escolha da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena, de São Gotardo/MG como objeto de estudo se deu em razão da escola, em sua existência centenária, ter marcado de maneira brilhante a sociedade de São Gotardo e pelo fato de ser um dos primeiros grupos escolares daquela região do estado de Minas Gerais.

Paolo Nosella e Ester Buffa (2013 p. 59) afirmam que:

A questão das fontes de investigação na área de História da Educação e, obviamente, na pesquisa com instituições escolares é das mais importantes e está intimamente relacionadas às teorias da História, vale dizer, teorias do conhecimento. ... já é difícil encontrar fontes documentais, ainda assim, estas não garantem a veracidade.

A grande dificuldade encontrada para a realização mais profunda do tema proposto, foi devido a escassez de documentos sobre a história da educação de São Gotardo o que faz

com que a sua história não pode ser muito explorada pelo fato de não se ter muito documentos sobre o assunto e estes quando encontrados não estão muito bem preservados.

Pude perceber que nos arquivos públicos municipais da prefeitura e da Secretaria de Educação falta um pouco de organização, não havendo uma catalogação da documentação por áreas específicas, como política, saúde, esportes e lazer, cultura dentre outros. Talvez fossem melhores organizados se cada um dos setores ficasse responsável pela guarda e depósito da documentação municipal.

Esta pesquisa analisa o processo de constituição do modelo escolar conhecido como Grupos Escolares, que no final do século XIX, estava sendo implementado na Europa assim como nos Estados Unidos da América. Modelo este que inspirou a organização escola pública no Brasil, especialmente após a Proclamação da República e da experiência pioneira no estado de São Paulo.

O objetivo desta pesquisa é investigar, questionar, compreender e buscar encontrar as motivações políticas que impulsionaram ou dificultaram a implantação do Grupo Escolar em São Gotardo MG, bem como as transformações da sociedade em que esteve inserido o Grupo Escolar Afonso Penna Junior, para isso a importância de retomar a história da educação pública no Brasil e no Estado de Minas Gerais na estruturação e criação dos grupos escolares.

Para Saviani (2008 p. 17):

As expressões “reconstrução histórica da escola pública” do mesmo modo que “reconstrução histórica das instituições escolares” significam, pois, a reprodução, no plano de conhecimento, das condições efetivas em que se deu a construção histórica da escola pública ou das instituições escolares.

No estado de Minas Gerais a instauração dos grupos escolares se dá principalmente a partir de reforma de 1906, que levou à implantação de centenas dessas instituições pelo território estadual, entre as quais o Grupo Escolar Afonso Penna Junior.

No dia 1º de Abril de 1913, no Arraial da Confusão (nome antigo da cidade de São Gotardo), foi criado o Grupo Escolar, período no qual o distrito de São Gotardo era pertencente ao município de Rio Paranaíba, mas este só veio a ser inaugurado no ano 1920.

Na década de 1930, quando o Grupo escolar foi transferido para um novo e mais moderno prédio, este prédio foi reformado pelas Irmãs Sacramentinas, quando foram convidadas na ocasião para dirigir a Escola Normal. Na década de 1960, o prédio da escola Normal passou por outra reforma e esta descaracterizou por completo o antigo prédio, e este ficou conhecido como “ Prédio Amarelo” e guarda o formato de sua reforma até os dias

atuais. E ainda em 1928, foi criado no município de São Gotardo um estabelecimento de ensino secundário com a designação de Ginásio Municipal.

Este grupo escolar foi o primeiro que se fundou no município de São Gotardo/MG, e na região, e era reconhecido por seu ensino e por sua disciplina. Após algumas reformas, e mudança de endereço se encontra em funcionamento próximo ao seu local de origem que, na época de fundação, fora escolhida, uma área central, e próxima aos principais prédios como a igreja matriz, a câmara de vereadores e cadeia pública.

A obra de construção do prédio só foi concluída em 1916, mas devido a problemas em sua estrutura e por desentendimentos de ordem político-administrativa entre os líderes políticos locais, Cel. Frederico Coelho Duarte e Cel. Antônio Lopes Fonte Boa, a escola só foi inaugurada em 24/02/1920.

A produção deste trabalho se fará na forma de uma pesquisa qualitativa e documental por se tratar de um recorte histórico que vai desde a sua criação em 1913 até a década de 1930, finalizando neste período pelo motivo de mudança na estrutura de organização educacional nacional no Brasil e também por ser este o ano em que foi concluída a obra do novo e atual prédio onde se estabeleceu o Grupo Afonso Pena. E também se justifica este recorte temporal, pois no ano de 1930 a Reforma Francisco Campos mudou o cenário da educação brasileira.

O interesse local de se criar o Grupo Escolar Afonso Pena, vai ao encontro dos ideais republicanos, liberal e positivista que visava a promoção e a democratização do ensino, que visava buscar a modernização do Brasil, do Estado de Minas Gerais e também da sociedade local.

Ao observar como se deu o desenvolvimento do estudo histórico da educação brasileira até o século XX, encontra-se um cenário um tanto quanto preocupante, pois este está muitas vezes ligados ao curso de pós graduação da faculdades e universidade, sendo esses temas constantemente fonte de debate em meios acadêmicos. E que estes somente se desenvolveram a partir dos anos de 1990.

De acordo com Buffa e Nosella: (2013, p. 15):

Os estudos escolares desenvolveram-se, sobretudo a partir dos anos 90, entretanto de uma forma esporádica, surgiu antes disso
No primeiro momento, situado nas décadas de 1950 e 1960, portanto num período anterior à criação dos programas de pós graduação, a produção historiográfica da educação brasileira, em particular a paulista se desenvolveu na antiga seção de pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

Nos dias atuais, as pesquisas relacionadas às instituições escolares, estão ligadas diretamente aos educadores e/ou aos seus estudantes em sua maioria realização em curso de graduação ou pós graduação em Educação de forma especial àqueles que se dedicam ao estudo da história da educação.

É o que é explicado por Buffa e Nosella (2013, p. 19):

Atualmente, os estudos representam um tema de pesquisa entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação. Tais realizados quase sempre nos programas de pós graduação em Educação, privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e em seus vários aspectos.

O motivo central de se pesquisar instituições como grupos escolares, principalmente em seus aspectos históricos deve ser minucioso e profundo, o que é apresentado e justificado por Buffa e Nosella (2013, p. 31): “obviamente, não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da instituição estudada”.

E complementam Buffa e Nosella (2013, p. 31): “Dedicamos nossas atividades de pesquisa à tarefa de retratar criticamente a história o projeto pedagógico das instituições escolares do município”...

A forma de como pesquisar estas instituições escolares é apresentada como tendo o marco inicial, o de definir o seu objeto de pesquisa é apresentada por Buffa e Nosella (2013, p. 55): “Trata-se de uma instituição determinada, embora possa ser também um conjunto de escolas, como, por exemplo, as instituições de ensino primário ou ensino técnico de uma determinada época ou região”.

Para se estudar as fontes de pesquisas é uma das mais importantes na produção do trabalho.

Buffa e Nosella (2013, p. 59) afirmam que:

A questão das fontes de investigação na área de História da Educação e, obviamente, na pesquisa com instituições escolares é das mais importantes e está intimamente relacionada às teorias da História, vale dizer, teorias do conhecimento.

Portanto esta pesquisa se fez com base em análise histórica da educação brasileira, onde se tratará os ideais filosóficos, educativos e sociais do período recortado, destacando o perfil do profissional que tinha a notória missão de ensinar, como esses se portavam, quais eram seus referências, qual a metodologia predominante, o tipo de cidadão que se buscava formar etc.

Levando em conta um roteiro-guia apresentado por Buffa e Nossella (2013, p. 69). A saber:

1. criação e implementação da escola: é importante focalizar a situação econômica e social da região, quando da criação da escola, articulação política ...
2. A evolução da escola: mostrar as continuidades e mudanças ocorridas na escola, desde sua implantação até o momento do recorte estabelecido e justificado pelo pesquisador...
3. A vida na escola: focar o interior da instituição considerando o prédio e instalações, alunos, professores, administradores, saberes escolares ...

Vale ressaltar que os autores apresentam ainda um quarto ponto que é “a trajetória dos ex-alunos”, que assim como o terceiro item que é a vida na escola não foram trabalhados nesta pesquisa.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar a história da criação, implementação do Grupo Escolar Afonso Pena, na cidade de São Gotardo MG.

Os objetivos específicos são : 1. Identificar o contexto histórico da criação dos grupos escolares no Brasil e no estado de Minas Gerais 2. Analisar a situação político e social em torno da criação dos grupos escolares na primeira república nos estados de São Paulo e Minas Gerais. 3. Analisar o processo de criação dos grupos escolares no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. 4. Identificar e analisar a criação do Grupo Afonso Pena no ano de 1913, suas construções até o ano de 1916 e sua implantação no ano de 1920.

O que se pretende com este trabalho é retratar o momento histórico na educação nacional e estadual em Minas Gerais e de São Gotardo, por volta da criação do Grupo escolar Afonso Pena, utilizando para isso bibliografia disponível, legislação nacionais e estaduais que justifiquem a sua criação, documentos oficiais, jornais e revistas deste período, termos de abertura, livro de atas da escola etc.

Organização da pesquisa

Para melhor organização esta pesquisa foi dividida em três capítulos, e que estes levam em conta os contextos políticos, sociais e educacionais; nacional, estadual e local da época compreendida como primeira república, entre o final do século XIX e início do século XX até o ano de 1931.

No primeiro capítulo dedica-se à pesquisa bibliográfica de alguns autores, buscando uma análise histórica sobre o processo de estruturação da educação brasileira ao longo de sua história , enfatizando os séculos XIX e XX, analisando a influência europeia disseminada com os jesuítas, os movimentos educacionais e as legislações que organizaram o sistema de ensino nacional em especial aos que se referem aos Grupos Escolares.

No segundo capítulo apresentar-se-á o perfil da educação do estado de São Paulo por ser o pioneiro nesta empreitada de criação dos grupos escolares e o estado de Minas Gerais, como essa se dá a partir da República, com ênfase nas três primeiras décadas do século XX, os desafios enfrentados pelos professores no desenvolvimento do ensino, a implantação dos grupos escolares.

No terceiro capítulo analisar-se-á a Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena de São Gotardo/MG, observando o desenvolvimento histórico dessa instituição de 1913, a sua construção finalizada em 1916, a implementação em 1920 até o ano 1931, quando este foi transferido para seu prédio novo, como foram as mudanças que ocorreram na sociedade local e como se organizou o sistema de ensino da instituição.

E por fim nas considerações finais onde é apresentado a relevância de se estudar o Grupo Escolar Afonso Pena em seu período que vai de sua implantação no ano de 1920 até o anos de 1931 período em que o grupo escolar passou a funcionar em seu novo prédio e onde este está em funcionamento os dias de hoje.

1. EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL EM SEUS PRIMÓDIOS ATÉ INÍCIO SÉCULO XX

Neste capítulo apresenta-se um breve histórico da Educação no Brasil ao longo de sua história tendo seu início com a vinda dos Padres Jesuítas para o Brasil até a educação na Primeira República (1549 – 1930), recuperando as principais mudanças propostas após o fim do período imperial brasileiro. A finalidade é identificar os fatores motivadores da criação dos grupos escolares, que tiveram seu início no Estado de São Paulo, estendendo-se posteriormente para os demais estados do Brasil, como um projeto inovador de educação proposta na Primeira República.

A nova proposta de educação, os grupos escolares, teve sua inspiração em modelos testados no exterior, em especial, experiência europeia. Antes disso, porém, será apresentada uma pequena incursão na história brasileira anterior à Proclamação da República.

1.1 SOCIEDADE BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO COLONIAL

A história da educação no Brasil começa com o ato de D. João III determinando a vinda dos padres jesuítas para a catequese dos primeiros habitantes do país.

De acordo com Romanelli (1986, p. 23), a educação nasce numa sociedade quando:

As instituições educativas nascidas da necessidade das gerações mais velhas de transmitirem às mais novas os resultados de suas experiências e, também, com o objetivo de preservar e de recriar estes produtos, sofrem, todavia, na cultura transplantada uma minimização de suas funções.

Os Jesuítas, reconhecidos como soldados de Cristo, chegaram ao Brasil juntamente com a vinda do primeiro Governador Geral Tomé de Sousa, em 1549, com o objetivo de catequisar os indígenas. Os Jesuítas, em especial Manuel da Nobrega, foram, portanto, os primeiros professores voltados a uma educação formal “institucional” no Brasil.

Ainda de acordo com Romanelli (1986, p. 33):

Foi a família patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a importação de forma de pensamento e ideias dominantes na cultura medieval europeia, feita através das obras dos jesuítas. Afinal ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem europeia, da população nativa, negra e mestiça então existente.

A educação na colônia tinha a finalidade de criar e manter hábitos aristocráticos de vida. Os jesuítas criaram colégios pela colônia, como, por exemplo, o Colégio dos Meninos

de Jesus e o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, em 1553 na Bahia. Mas, como a finalidade da companhia de Jesus estava mais voltada para o ensino primário secundário, o Colégio dos Meninos de Jesus, em 1556, foi elevado a Colégio Secundário, passando a se chamar somente Colégio de Jesus.

Estes colégios eram instituições de formação da elite colonial. O modelo de educação dos jesuítas perdurou por dois séculos e ficou quase que exclusivamente a cargos dos jesuítas.

Colégios foram sendo fundados e, com maior investimento, ficaram cada vez mais aperfeiçoados, com melhores instalações e com currículo mais vasto e aprofundado. Porém, todo este aparato educacional foi desconsiderado em 1759, quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil por determinação do Marquês de Pombal a pretexto de instituir o Estado laico também para a educação. A substituição dos educadores do sistema jesuíta demorou mais de 13 anos para acontecer por completo. Foram extintas todas as escolas e as missões de catequese deixaram de existir, porém, a base do ensino não mudou.

De acordo com Otaíza Romaenli (1986, p. 34): “O sistema educacional dos jesuítas era alheio à realidade da vida na colônia”. Como a produção colonial não exigia muito preparo por parte dos trabalhadores, o ensino ficava à margem, sem utilidade para a economia. A partir disso a educação era voltada para os “desocupados sociais” para dar ênfase à inteligência.

A educação escolar era exercida de maneira elementar , uma vez que buscava atender índios e brancos (não para as mulheres). A educação era oferecida somente para os homens da classe dominante, sendo, portanto, uma educação da elite. A educação dos jesuítas não atendia aos anseios da metrópole e também por motivos econômicos os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759, é o que com Romanelli apresenta (1986, p. 36):

Símbolo de classe, esse tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder da colônia... Estes complexo sobreviveu mesmo a expulsão dos jesuítas em 1759. A decadência econômica em que entrou o Reino Português, principalmente com a queda da mineração e o atraso cultural que, entre outras coisas, teve no fanatismo religioso um de seus fatores, fez com que surgisse na Metrópole um descontentamento geral em relação aos jesuítas.

No ano de 1768 foi criada no Brasil a Real Mesa Censória. Ela teria a finalidade de cuidar dos negócios que envolviam a educação do país. Em seu início, tinha como atribuição somente analisar os livros existentes no país, assim como os que para aqui viriam. Somente num segundo momento que passou a ter delegação de administrar e dirigir as escolas menores.

Como substituto do ensino jesuíta, foi instituído o ensino público, mantido por um imposto especial, o chamado “subsídio literário”. Mas como os colégios agora não contavam com as “autoridades morais” dos padres, os professores se demonstraram ineficazes. Isso por causa da indisciplina, como também pela incapacidade dos mestres improvisados. Muitas vezes era necessário convocar a polícia para restabelecer a ordem dentro das escolas.

No ano de 1772, durante a Reforma Pombalina, foram criadas as “Escolas Menores” que cobravam uma taxa local para sustentar as Aulas Régias, com disciplinas isoladas.

De acordo com Carvalho (1978, p. 128):

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações.

A presença de D. João VI no Brasil por volta de 12 anos, entre os anos de 1808 a 1820, trouxe várias mudanças na educação como, por exemplo, a criação dos primeiros cursos superiores na colônia. Nesta época, as aulas aconteciam de maneira avulsa, com o sentido prático. Foram várias academias criadas como a Academia Real Militar, da Marinha e o Curso de Medicina na Bahia.

Sobre a relevância da presença de D. João VI no Brasil, Romanelli (1986, p.38) afirma que:

A presença do príncipe regente, D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi, sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não teológicos) da colônia. Embora organizadas na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático.

Portanto com a presença de D. João VI, nasceu, portanto, no Brasil, o ensino superior e o processo de autonomia que levaria à Independência política, que modificou consideravelmente o quadro educacional, ao menos de imediato.

Após a proclamação da Independência, o Brasil passou a ter sua primeira Constituição Federal, a de 1824, que também ficou conhecida como a constituição de quatro poderes, pois, além dos poderes legislativo, executivo e judiciário, havia também o poder moderador que estava acima dos outros três anteriores.

1.2 SOCIEDADE BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO IMPERIAL

Após a Independência do Brasil, a situação do ensino não passou por grandes mudanças, uma vez que os cenários políticos e econômicos permaneceram quase que inalterados.

De acordo com Romanelli (1986 p. 39):

Simple transferência de poderes dentro de uma mesma classe, (a independência) entregaria a direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e letrados... A importância assumida pela educação dos letrados durante toda a monarquia estava ligada a necessidade de o país ter de preencher o quadro geral da administração e da política.

O primeiro projeto de Constituição de 1823, em âmbito educacional, estabelecia a presença de escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais. Adotou os princípios de liberdade do ensino sem restrições. Ainda referente à educação, a Constituição de 1824 adota o ensino primário gratuito, mas não garantiu de início este ensino a todos no país.

Foi a partir da urbanização do território brasileiro que se reconheceu a importância da Instituição Escolar e em 1827 foi sancionada a primeira lei geral da educação no país. Datada de quinze de outubro de 1827, esta lei serviu de inspiração para se comemorar no país o dia do professor.

Em resumo, a educação foi tratada na constituição de 1824 em quatro pontos pertinentes como: a educação passa a ser dever do Estado, determinou as escolas de primeiras letras, definiu o método de ensino a ser adotado e regulamentou os provimentos de professores, seus ordenados e suas capacitações. Em 15 de outubro de 1827 foi aprovado pela Assembleia Legislativa, com sanção de D Pedro I a primeira lei sobre as escolas públicas no Brasil.

De acordo com Saviani, (2013 p. 126) esta lei 15/10/1827 dentre outros pontos, estabelecia o seguinte:

Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias [...] Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações da aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios da moral e da doutrina católica, apostólica, romana, proporcionadas à compreensão dos meninos, preferindo para o ensino de leitura a Constituição do império e a História do Brasil.

O Ato Adicional de 1834, que tratou, além da criação da Regência Una, o que alterou a organização política e administrativa do império, conferiu às províncias o direito de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios e promove-los.

É o que consta no artigo 10 citado por Saviani (2013 p. 126):

Art. 10: Compete às mesmas Assembleias legislar:

(...)

§ 2o: Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral. (Império do Brasil 1827)

(...)

§ 7o: Sobre a criação, supressão e nomeação para os empregos municipais e provinciais, e estabelecimentos dos seus ordenados.

São empregos municipais e provinciais todos os que existirem nos municípios e províncias, à exceção dos que dizem respeito à arrecadação e dispêndio das rendas gerais, à administração da guerra e marinha e dos correios gerais; dos cargos de presidente de província, bispo, comandante superior da guarda nacional, membro das relações e tribunais superiores e empregados das faculdades de medicina, cursos jurídicos e academias, em conformidade da doutrina do § 2o deste artigo.(Império do Brasil 1827) Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15 Vol.

Este Ato, de acordo com Romanelli (1986, p. 39), provocou a descentralização da educação em nosso país:

A descentralização ocorrida com o ato adicional de 1834[...] delegou às províncias o direito de regulamentar de promover a educação primária e secundária. O que ocorreu a contar de então foi a tentativa de reunir antigas aulas régias em liceus, sem muita organização.

A partir deste Ato Adicional, percebeu-se que a educação primária e a secundária estariam sob a responsabilidade das Assembleias das províncias. E a educação superior, assim como a educação do Distrito Federal, seria de responsabilidade da União.

De acordo com Romanelli (1986, p. 39):

Isso suscitou uma dualidade de ensinos, com superposição de poderes (provincial e central) relativamente ao ensino primário e secundário. O poder central se reservou, e a ela se limitou o direito de promover e regulamentar a educação no Município Neutro e a educação de nível superior, em todo o império, enquanto delegou às províncias a incumbência de regulamentar e promover a educação primária e média em suas próprias jurisdições.

A descentralização do Ato de 1834 delegou às províncias o direito de promover e regulamentar os ensinos primários e secundários.

No ano de 1835, foi instalada na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, a Escola Normal destinada à formação de professores, esta habilitaria aos professores a atuarem no ensino primário, onde o corpo docente se resumia ao diretor que ministrava todos os ensinamentos de acordo com o decreto de 1824. De acordo com Villela (2008, p. 33) esta escola Normal: Atraía a atenção dos dirigentes sobretudo por seu sistema disciplinar, fortemente baseado nas ideias de hierarquia e ordem, valorizadas pelo projeto conservador. Ainda de acordo com Tanuri (1970, p 64): “A primeira Escola Normal brasileira foi criada em Niterói, Rio de Janeiro, no ano de 1835”.

Em dezenove de abril de 1879 aconteceu a Reforma Leôncio de Carvalho que adotou como medidas: a liberdade de ensino; liberdade de frequência, isto é, os alunos secundaristas poderiam estudar quando não havia safras a serem colhidas, por exemplo. À escola cabia somente serem severas nos exames de qualificação e o magistério passava a ser um cargo privilegiado e administrativo. No artigo 1 a Reforma de Leôncio Carvalho, rezava o decreto de reforma: “é completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte, e o superior em todo o império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene”. Além disso, estabelecia no decreto a obrigatoriedade do ensino primário para toda a criança entre 7 e 14 anos; regulava o currículo da escola primária e 1º e 2º com 6 e 2 anos respectivamente.

O ensino público do império define-se de acordo com Raul Briquet (1944, p. 177 ao resumir a educação brasileira durante o império define:

- a. Pela falta de um plano nacional de educação, de sorte que os vários graus de instrução não se desenvolviam como um todo orgânico.
- b. Pela descontinuidade administrativa, não prestigiando os ministros do império, habitualmente, a obra dos antecessores.
- c. Pela verba insignificante destinada ao primário e secundário.
- d. Pela assinergia de ação entre o poder legislativo e o executivo, donde valiosos projetos de representantes da Nação que não foram objeto de debate no parlamento.
- e. Pela insuficiência do ensino primário.
- f. Pela liberdade do ensino secundário, decretada em 1878...

A educação brasileira neste período apresentava algumas lacunas como a falta de um plano nacional, falta de verbas tanto para o primário quanto para o secundário, falta de liberdade dentre outros.

1.3 FATOS MARCANTES PARA FORMAÇÃO DA REPÚBLICA

A ideia central do Brasil após a independência era se manter sem muitas modificações em todos os âmbitos quaisquer sejam eles: políticos, sociais e econômicos. E isto foi provocando muitas discordâncias ao longo do período imperial brasileiro, tanto no primeiro, no segundo reinado e também durante o período regencial.

No anseio de mudanças que marcaram o início do período republicano no Brasil, Nagle (1974, p. 97), afirma que:

Através dessas vias se pretendia mudar o sistema de representação vigente e alcançar a recomposição do poder; nessa tarefa, tentou-se interromper o processo que cimentava a união entre as camadas superiores e dirigentes – a célebre política dos “governadores – tentativa que foi o grande trunfo de que se valeu a Aliança Liberal, na estimulação da atividade revolucionária de 1930.

No final do século XIX, o Brasil é marcado pelo fim do período imperial e início do período republicano brasileiro. Assim como a Abolição da Escravatura, uma nova Constituição, além das questões militares e religiosas estes fatos contribuíram para a formação da República Federativa no Brasil.

Foi neste cenário que surgiu uma nova forma de educação, agora de ordem republicana, garantida por direito gratuita e “com ares” de escola moderna que passou a ser executada de maneira laica com os seus alicerces, garantidos de forma: livre, gratuita, obrigatória e com foco na formação moral e cívica dos brasileiros.

Por fim, dentre estas questões, uma que foi muito relevante e marcante foi a abolicionista, pois, como a intenção era de se manter no Brasil, um país agroexportador e escravocrata, a abolição da escravidão no Brasil mesmo que lenta e gradual provocou o descontentamento em muitos fazendeiros que passaram a exigir indenizações e principalmente a sua participação na vida política do país. Este fato provocou profundas alterações no país como a urbanização e o início da industrialização do Brasil.

Segundo Xavier (1990, p. 25):

A industrialização, forma característica de desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital, constitui o estágio final de consolidação das relações capitalistas de produção. Assim concebido, o processo de industrialização não apenas acelera, mas emerge como o núcleo do conjunto de mudanças sociais, políticas e culturais que caracterizam a constituição plena de uma ordem econômico-social capitalista [...]. Em outras palavras, a industrialização não se resume num processo técnico, mas representa o avanço das relações capitalistas que se expressa no rompimento com antigas formas de produção e consequentemente numa alteração da ordem por elas geradas.

Ainda, neste mesmo enfoque, ou seja, a busca da industrialização, o Brasil passa por grandes mudanças quando começa a aprofundar suas relações comerciais com países mais desenvolvidos como os EUA.

Xavier (1990, p. 28) relata que:

Essas transformações se operaram a partir do final do século passado [século XIX], com a expansão cafeeira, culminando na instalação do processo de industrialização no país, nas décadas de 20 e 30. A presença do capital cafeeiro e do capital estrangeiro, que consubstanciavam as formas específicas que essas formas expressavam, determinaram as contradições particulares do avanço do capitalismo no Brasil, rumo à constituição de uma ordem econômico-social capitalista plenamente configurada.

Percebe-se, no Brasil, após o início de sua industrialização, uma mudança significativa em suas áreas em especial a urbana. Aos poucos o país mudou sua realidade de rural para urbana.

Nagle (1974, p. 39) afirma que:

Aos poucos a feição tradicional das cidades – simples prolongamento do sistema de vida rural e núcleo de atividades puramente comerciais – vai-se alterando, e se inicia o processo de desarmonia entre a cidade e o campo. Nesse sentido, a urbanização teve efeitos antipatriarcais, pois colabora para a passagem do estilo de vida agrário-comercial para o baseado na civilização urbano-industrial.

Ainda no Brasil, alguns intelectuais, entre eles: Alceu Amoroso de Lima, Carneiro Leão; José Veríssimo; Rui Barbosa além de outros, defendiam que a instrução escolar seria o alicerce para se chegar a um desenvolvimento do conhecimento. Na década de 1920 foi iniciado um movimento defendendo um verdadeiro projeto de educação nacional, para talvez conseguir levar o Brasil a dar início ao seu desenvolvimento social, cultural e econômico. E a educação passou a ser vista como um baluarte para que acontecesse uma mudança definitiva no país, provocando novos comportamentos e pensamentos ideológicos à população brasileira.

Muitos problemas foram colocados em questão por parte dos intelectuais, dos políticos e fazendeiros como por exemplo o atraso da educação brasileira dentre outros é o que Souza (1998, p. 27) afirma:

Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a transição para o trabalho livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação.

A escola teria a finalidade de organizar o ensino de acordo com as necessidades de cada uma da sociedade atendida é o que apresenta Romaneelli (1983, p. 45) :

A Primeira República teve assim um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo.

A educação de acordo com os anseios da população deste período buscaria atender as diversas demandas como tentativa de melhorar o desenvolvimento social e até industrial do no período imperial, e principalmente, eliminar o analfabetismo.

1.4 A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Quando o Brasil entra em seu período republicano tendo com um ponto de referência o ato de Marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889. O Brasil entra em uma nova etapa de sua história.

Na Primeira República, no ponto de vista político e econômico, estavam todos ligados à produção e a comercialização de seu produto, preponderante o café, é o que nos aponta Nagle.

Como se sabe, a economia cafeeira se forma no segundo e terceiro quartéis do século XIX, quando surge como nova fonte de riqueza para o país. Principalmente depois da instalação do regime republicano, o café constituirá a principal mercadoria que, no comércio exterior, fornecia a maior quantidade de divisas. Desde cedo, dois estados – Minas Gerais e São Paulo – se destacaram na produção cafeeira. A situação do café na economia brasileira era preponderante; a sua lavoura foi a que mais mereceu cuidado dos órgãos públicos [...] (NAGLE, 1976, p. 13).

Em etapas anteriores à Primeira República, políticas educacionais eram voltadas a suprir a falta de alfabetização dos habitantes do país, mesmo em momentos nos quais o Brasil se encontrava em desenvolvimento e passando por grandes transformações políticas, econômicas e estruturais. De acordo com Paiva (1990, p. 10), o “Brasil possuía um alto índice de analfabetos, algo em torno de 85,21% de iletrados”.

Com a queda da monarquia no ano de 1889, o Brasil entra em uma nova dimensão política, pois começa a República. A Primeira República é o período que vai de 1889 a 1930, o governo representativo foi instaurado com regime federalista. Neste período também se

colocou em questão o modelo educacional herdado do Império, que privilegiava a educação da elite, em prejuízo da educação popular primária e profissionalizante.

De acordo com Romanelli (1986, p. 41), “A constituição da república de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas. Já que no seu artigo 35 deixava claro o papel de cada setor público”.

Quando o Brasil se torna uma República Federativa novos desafios se apresentam. Em especial, foi colocado em cheque o modelo educacional praticado durante o período imperial, que privilegiava a educação da elite e se preocupava com os ensinos secundário e superior, deixando de lado a educação popular, assim como a educação profissional.

De acordo com Romanelli (1986, p. 41):

Era, portanto, a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o império. Era também uma forma de oficialização da distância que mostrava, na prática, entre educação da classe dominante (escolas secundárias, acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional) refletia esta situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira.

O Brasil era marcado portanto por um sistema de ensino caracterizado por uma distinção muito grande quanto ao o que e a quem se ensinaria, este sistema portanto possuía uma característica dual de ensino. Em relação a esta dualidade de ensino na Primeira República, Romanelli (1986, p. 41) afirma que:

A par dessa dualidade, a 1ª República tentou várias reformas, sem êxito, para a solução dos problemas educacionais mais graves. A primeira delas, a de Benjamin Constant, a mais ampla, não chegou sequer a ser posta em prática, a não ser em alguns aspectos. Tentou a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com inclusão de disciplinas científicas, consagrou o ensino seriado, deu uma maior organicidade ao sistema todo, atingindo a reforma as escolas primárias, as escolas normais, as secundárias (através da reforma do Distrito Federal), além do ensino superior, artístico e técnico, em todo o território do país e da criação do *Pedagogium*, centro de aperfeiçoamento do magistério e impulsor das reformas.

A busca, portanto, era realizar reformas que corrigissem as disparidades do ensino publico brasileiro desta época portanto não foi alcançar êxito a fatos positivos quanto por exemplo ao se garantir um ensino publico e gratuito à população. Com isso muitas reformas não saíram do papel. Não foi possível a sua implementação, pois, de acordo com Romanelli (1986, p.42):

Faltava, porém, para a execução da reforma, além de uma infra-estrutura institucional que pudesse assegurar-lhe a implantação, o apoio político das elites que viam nas ideias do reformador uma ameaça perigosa à formação da juventude, cuja educação vinha até então sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrática-rural.

Com o fim da escravidão do Brasil, assim como o desenvolvimento da economia cafeeira, e com o trabalho assalariado se estabelecendo, inicia-se também no Brasil, a mecanização da produção. O que provoca no país, na década de 1910, a industrialização do país, mesmo que de forma tardia.

De acordo com Nagle (1976) a situação da industrialização no Brasil foi: “a história da industrialização brasileira mostra a existência de várias tentativas abortadas”. Antes deste século pareceram períodos nos quais se processaram acanhados surtos industriais, logo frustrados (NAGLE, 1976, p. 14).

Por conseguinte, Nagle aponta uma nova perspectiva frente a industrialização do Brasil República graças ao acúmulo de capital por parte dos empresários do café.

No entanto, a nova fase que se inaugurou durante a década dos anos dez, deste século, e que continua no decênio seguinte, constituirá a “fase de consolidação”, atingida graças a uma multiplicidade de condições. Uma destas, porém, será ressaltada: a presença de processo já adiantado de concentração de renda, fruto da economia cafeeira (NAGLE, 1976, p. 14).

A educação no Brasil foi evoluindo e se transformando ao longo de nossa história, tendo seu início no modelo proposto pelos jesuítas, que sofreu alterações com a reforma pombalina, e, em especial, durante o período imperial. Mesmo com a tentativa de causar muitas alterações não tiveram muito sucesso pelo fato de que era interesse das autoridades que o modelo agroexportador, escravocrata e a favor das elites, não sofresse muitas alterações. O que se tornou inviável por não estar de acordo com a evolução política e econômica do país. Em especial tem-se a crise no final do século XIX que desencadeou a proclamação da República.

De acordo com Teixeira (1969a, p 01):

A educação, sendo um processo de cultivo ou de cultura, há de ser sempre algo em permanente mudança, em permanente reconstrução, a exigir, por conseguinte, sempre novas descrições, novas análises e tratamentos novos. Como a agricultura ou como a medicina, a educação está em permanente transformação, não só em virtude de conhecimentos novos, como em virtude de mudanças decorrentes da própria dinâmica da sociedade.

No Brasil apenas passaríamos a ter um sistema realmente voltado para a educação na década de 1930.

De acordo Heládio Antunha (1974 p. 16):

Foi durante o período republicano, principalmente de 1930 em diante, que se construiu o sistema educativo brasileiro, elaborado a partir de alguns princípios básicos, discutidos no decorrer da Primeira República e inscritos nas constituições, de modo especial a partir de 1934. A primeira constituição do governo republicano se efetivou na legislação educacional do Estado mínimo, elitista e excludente.

A primeira Constituição Republicana do país, ou Constituição de 1891, apenas tratou de educação para definir atribuições, nisso acompanhando o dispositivo do Ato Adicional de 1834, que atribuía às províncias a manutenção do ensino primário e superior, ficando a cargo do governo central apenas o ensino secundário nacional e o ensino superior na capital do país.

Art. 9º Compete às Assembléas Legislativas Provincias propôr, discutir, e deliberar, na conformidade dos arts. 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição.
 § 2º Sobre instrução publica e estabelecimentos proprios a promove-la, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem creados por lei geral. (SIC) (BRASIL, 1834).

A Constituição Federal de 1891, portanto, provocou a descentralização do ensino, quando apresenta o sistema dual, ou seja, de um lado uma “Educação Povo”, voltada exclusivamente para o ensino primário e profissional, e de outro lado a “Educação Elite”, esta com interesses voltados para o ensino secundário acadêmico e superior. O sistema federal teria como preocupação a formação das elites, através de cursos secundários e superior, enquanto que a preocupação dos Estados estaria voltada para as camadas populares.

A Constituição Federal de 1891 percebe-se:

A Constituição de 1891 no artigo 35 parágrafos artigos 3 e 4: à união cabia criar e controlar a instrução superior em toda a nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis no distrito federal e delegava aos Estados a competência para prover e legislar sobre a educação primária. (Brasil 1891)

Relacionado à Constituição de 1891, em seu artigo 34, estabelece como competência do Congresso Federal, e não do Poder Executivo, legislar sobre: “[...] o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União”. No Artigo 35 estabeleceu como função não exclusiva do Congresso Federal: “ criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” e assim como disponibilizar a educação secundário na capital do país.

Analisando a CF de 1891, percebe-se que os governantes do Brasil não tinham interesse no ensino primário, o que vai levar os estados em particular buscar definir diretrizes para o ensino primário.

Além disso, estabeleceu a Constituição a laicidade do ensino oficial, dispositivo que confirmava em seu artigo 72:

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. (BRASIL, 1891)

De acordo com Leite,

A doutrina constitucionalista espelhava, de certo modo, toda a indefinição que marcava a laicidade e a liberdade religiosa e, por fim, a própria República, no texto de 1891. De fato, a laicidade poderia apontar para direções distintas, e a indefinição republicana, aliada ao quadro político e social do período, permitia um debate que, num estranho paradoxo, não foi observado em momentos posteriores, quando da maior consolidação democrática no país (LEITE, 2011p, 51).

A Primeira República é um período em que o modelo de educação entrou em discussão, pois a educação imperial apresentava-se como um Sistema Dual de ensino onde privilegiava a elite com uma educação secundária e superior, enquanto que, aos populares, a educação tinha uma finalidade no primário e profissionalizante, deixando claro o princípio dubio da educação nacional.

De acordo com Santos (1993),

Apenas um terço da população era atendida no ensino primário, muito embora, o domínio da leitura e da escrita já fosse um requisito da industrialização inicial e do processo de urbanização, além dos ideais republicanos de “participação” democrática. Santos (1993 p. 35)

Nos primeiros anos do regime republicano, dois fatos destacam-se pela importância na educação brasileira, a saber: a criação da Secretaria de Estado de Instrução, Correios e Telégrafos e a reforma de Benjamin Constant.

Sobre o Ministério da Instrução Pública, Aurinheimer Filho (2009, p. 1) afirma que:

O Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi criado pelo decreto 346 de 19/04/1890, e organizado pelo decreto 337 A de 05/05/1890, herdando o peso da controvérsia da motivação do seu estabelecimento para as mais importantes avaliações que estudaram a relação da política com a cultura educacional no Brasil.

O ensino regular no Brasil, durante a Primeira República, sofreu Reformas Educacionais, em especial o ensino secundário, sob responsabilidade do governo federal e o ensino primário, sob responsabilidade dos estados brasileiros. Dentre elas, destaca-se a Reforma Benjamim Constant, que apresentou como medidas: a liberdade de frequência e a faculdade de exames cumulativos, acarretando uma enorme distribuição de diplomas de curso superior no Rio de Janeiro, então capital do país.

Além disso, a reforma decretada em 1890 apresentou o *Pedagogium* e também apresentou outras medidas vista ao desenvolvimento da educação brasileira. Tal reforma tem como princípio garantir que o ensino primário fosse gratuito, o que já era garantido desde a constituição outorgada de 1824, mesmo que não fosse oferecido a todos os brasileiros.

A liberdade de ensino, de acordo com Nelson Pilleti (1997, p. 160) pode ser entendida de três maneiras:

- Como direito dos particulares de se dedicarem à educação: a Constituição de 1891 (art. 72,) garantia o “livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”;
- Como autonomia das instituições educativas: essa autonomia é relativa, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual.
- Como independência de opinião e livre manifestação do pensamento a liberdade de ensino tornou-se princípio constitucional..

A gratuidade do ensino já era garantida no Brasil desde a Constituição de 1824, como podemos perceber no artigo 179 da Constituição Federal:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.
[...]
XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos (BRASIL, 1824).

Já na Constituição de 1891 nada ficou definido, pois deixou a cargo dos estados a responsabilidade do Ensino Primário, que era de ordem gratuita. A obrigatoriedade de frequência e sua abertura aos adultos foi apresentada apenas na Constituição de 1934. Lembre-se que os termos obrigatoriedade e gratuidade da educação aparecerão juntas somente na Constituição de 1934, em seu artigo 150 onde se lê,

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:
[...]
a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; (BRASIL, 1934)

A partir da constituição de 1934, a gratuidade do ensino jamais deixou de ser parte integrante de todas as futuras Constituições Federais do Brasil.

Para Teive e Prochnow (2009 p. 1),

Ao final do século XIX, juntamente com a Proclamação da República, nascia um projeto de Reforma da Instrução Pública no Brasil que almejava a educação e civilização das camadas populares, bem como à nacionalização das massas de imigrantes que aqui se achavam. Pretendia-se, através das crianças, educar e instruir a família e assim, toda a sociedade, numa proposta nacionalista, científica, moral e higienizadora.

Na Primeira República o desenvolvimento do modo capitalista acelerou a divisão social do trabalho e passou a exigir especialização para as novas funções, assim como o início da industrialização do país. Desta forma, para que o progresso aconteça o papel da educação seria formar pessoas que pudessem ser úteis e produtivas ao mesmo tempo.

Restava ao estado investir nas construções de prédios escolares, na compra de materiais didáticos e pedagógicos, e, com o princípio de uma renovação da educação, implantar um novo método de ensino. Diversas leis e decretos foram colocados em prática, todos objetivavam de garantir a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário nos Estados.

Jorge Nagle (1974, p. 114) apresenta como finalidade da educação brasileira na década de 1920:

Pretende-se que a escola brasileira se transforme radicalmente na década dos vinte: nos objetivos, conteúdos e na função social. A medida que se torna a instrução mais importante do sistema escolar brasileiro- a matriz onde se integram o humano e o nacional – a escola primária se transforma no principal ponto de preocupações de educadores e homens públicos: procurou-se justificar e difundir o seu caráter obrigatório, apesar do princípio de “liberdade espiritual”, ainda apregoado; procurou-se, em especial, mostrar o significado profundamente democrático e republicano...

Na década de 1920, de acordo com Souza (1998, p. 282) a ação do Estado:

[...] pautou-se pela tentativa de fundar uma nova realidade por meio de um esforço de normalização legal abarcando todos os âmbitos da educação elementar pública. Não por acaso, os aspectos estruturais da inovação mais concernentes às organizações da escola primária, passíveis de controle burocrático, puderam se estabelecer mais facilmente, enquanto as mudanças no modo de realizar o ensino, relacionado ao cumprimento de programas de ensino e ao emprego do método intuitivo, não lograram o mesmo sucesso.

No final do século XIX, buscando melhorar a qualidade da educação primária e secundária, foi criado, em São Paulo, a Escola Normal Superior em 1890. A partir daí é então adotado o sistema de Escola Modelo e em seguida os grupos escolares.

De acordo com Souza (2008, p. 41):

O modelo de escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, compreendia um tipo de organização nos moldes da escola graduada. Contrastando com a escola unitária regida por um só professor, o grupo escolar logo se converteu em mais um dos símbolos de renovação do ensino primário no Estado de São Paulo e no Brasil.

A criação dos grupos escolares está ligada diretamente à Reforma de Caetano Campos, como pode ser percebido em Razzini, (2007, p 19):

A reforma empreendida por Caetano Campos (decreto 27 de março de 1890) convertendo em Escola Modelo as escolas preliminares anexas à Escola Normal de São Paulo, deu início às mudanças que seriam disseminadas, logo depois, com a criação dos Grupos Escolares (lei 169 de 7 de agosto de 1893).

Este novo modelo de escola, criado no estado de São Paulo, estava atrelado ao Ideário Republicano, pois a educação passou a ter caráter tanto de desenvolvimento intelectual quanto moral e estes como sendo ponto de extrema importância para se alcançar o então desejado progresso do país.

Acreditavam os intelectuais e governantes paulistas da primeira hora da república na aliança entre o progresso do Estado e educação popular. A educação seria para eles a força propulsora que dismantelaria o atraso e o obscurantismo da população. (MARCILIO, 2005. p. 137).

[...] desde o início da República, a implantação da escola moderna compreendendo várias salas de aula e vários professores era advogada por alguns intelectuais e educadores. (SOUZA, 1998, p 41).

Segundo Saviani (2008, p.172), “o estado de São Paulo foi o pioneiro na criação daquele modelo de escola”. Este novo modelo de educação teve inspiração em modelos internacionais de escolas graduadas, a experiência paulista, por exemplo, foi um marco e ponto de apoio para o projeto republicano e modelo a ser seguido pelas outras unidades federativas para, então, implementarem suas reformas de organização do ensino primário.

Para Schueler (2009 p. 42):

Tendo como parâmetro a escola urbana, moderna e complexa, os grupos escolares foram instalados em diversas cidades de diferentes estados do país, em prédios especialmente construídos para abrigá-los, adotando, de forma equivalente ao caso da capital paulista, uma arquitetura monumental e edificante, que colocava a escola

primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar o regime republicano, seus signos e ritos.

Mesmo não tendo exclusividade à participação direta para o ensino primário o governo federal passa a receber pressões cada vez mais fortes.

Assim, Jorge Nagle (1974, p. 135) afirma:

Desde 1918 já vinha subvencionando escolas primárias nos Estados, com o objetivo de nacionalizar esse grau escolar – resolve abandonar a posição de expectativa ao tomar a decisão de convocar uma conferência, com representantes de todos os estados, a fim de estudar as bases para a ação conjunta, orientada para a difusão da escola primária.

A Conferência Interestadual proposta em agosto de 1921 aconteceu nos dias 12 de outubro a 16 de novembro daquele ano, e nesta conferência foi elaborado um Temário pelo Ministro da Justiça e enviado ao Presidente, afirmando que a União era também responsável pela educação primária ao citar o artigo 35 da Constituição de 1891 que nos parágrafos dos artigos 2, 3 e 4, Nagle afirma: “Não excluía a intervenção da União, mediante acordo com os Estados para a solução do problema da difusão do Ensino Primário, ou antes, para diminuir senão extinguir o analfabetismo que se alastrava pelo país”. (NAGLE, 1974. p. 136).

Esta Conferência Interestadual contou com a participação de representantes de vários Estados brasileiros e do Distrito Federal, além de representantes de associações não oficiais.

Segundo Nagle (1974, p. 136):

O temário de acordo com as sugestões do Ministro da Justiça, foi elaborado pela Comissão Preparatória: 1ª Tese – Difusão do ensino primário. 2ª Tese escolas Rurais e Urbanas, 3ª Tese Organização e uniformização do ensino normal no país, 4ª Tese criação do Patrimônio do Ensino Primário Nacional e 5ª Tese a Nacionalização do Ensino Primário.

As discussões nessa conferência resultaram no ato de delegar à União a responsabilidade em difundir o ensino primário como meio de combater o analfabetismo.

Para Nagle (1974, p. 136):[...]especialmente confirmaram a competência da União em subvencionar as escolas primárias e definir exigências compatíveis para a fiel execução de medidas dessa ordem.

O temário mesmo sendo da escola primária, deveria acentuar preocupação do Governo Federal com o ensino primário, para isso seria necessário, análises e até mesmo uma intervenção constitucional, para garantir o desenvolvimento e aperfeiçoamento das escolas primárias pelo Estado.

Assim, o ensino primário foi sendo recentralizado, onde várias escolas surgiram no território brasileiro. Mesmo que de maneira não muito uniforme deu origem a uma moderna cultura escolar, na qual os grupos escolares, que teria uma vida longa, pois seria aplicada no país até início da década de 1970, período tomado pelo Regime Militar

Na Primeira República o Poder Público Federal se interessou apenas com a manutenção de estabelecimentos padrão para o Ensino Secundário e Superior. De acordo com Nagle (1974. p.187) “O papel principal da União, no domínio da escolarização, foi o de traçar normas, na década final da primeira República continua a orientação estabelecida em décadas anteriores, porém de maneira mais frequente e ampliada”.

1.5 REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL PRIMEIRA REPÚBLICA

O primeiro a efetivar uma reforma para a educação brasileira na Primeira República foi Benjamin Constant, que visava substituir o currículo “Acadêmico” pelo “Enciclopedista”, onde se incluiria disciplinas científicas e consagrava o ensino seriado. As suas propostas de mudanças foram adotadas somente em algumas partes.

Piletti (2000, p. 60), apresenta um quadro explicativo sobre a finalidade e as atribuições da União, o que deixa claro que ao se falar em educação a sua preocupação não estava na organização do ensino primário, mas, sim, no ensino secundário, tratados em todas as reformas da Primeira República.

O quadro resumo abaixo, de Nelson Piletti (200 p. 60), mostra o foco da União em relação ao ensino secundário, deixando ao encargo dos estados o ensino primário, pois as reformas de âmbito federal em nada tratam desse nível do ensino.

Objetivos do Curso Secundário (1890- 1930)

Tabela 1 - Reformas Educacionais Primeira República

Reforma:	Objetivos:
1. Benjamin Constant 1890	“Proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social” Art. 1 Decreto 1075 de 1890.
2. Epitácio Pessoa, 1901	“Proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos superiores e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras” Decreto 3914 de 1901.
3. Rivadávia Correa, 1911	“Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e letras, libertando-o da preocupação

	subalterna de cursos preparatório”. Art. 1 decreto 8660 de 1911.
4. Carlos Maximiliano, 1915	“Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular”. Art. 158 decreto 11530 de 1915.
5. João Luís Alves, 1925	“Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores, Preparo fundamental e geral para a vida. Fornecer a cultura média geral do país. Art. 47 decreto 16782 de 1925.

Fonte: (Piletti, 2000 p. 60)

É notório que todas as reformas da Primeira República tratavam do ensino secundário como preparação para o curso superior, deixando claro o papel da federação que era de se ocupar com os ensinos secundário e superior. Deixando aos Estados o ensino primário.

Nagle (1974, p. 46) afirma que:

De 1890 a 1920, importa dizer ainda, o Poder Público se interessa apenas pela manutenção de estabelecimentos-padrão que sirvam de modelo para as demais escolas secundárias do País. “Com a preocupação restrita de preservar a qualidade do ensino, não atende às sugestões republicanas sobre a ampliação das oportunidades de curso ginásial, curso seriado”.

Durante a primeira República também se percebeu a busca por um ensino desvinculado da igreja, uma vez que a Disciplina “Educação Moral e Cívica” foi criada como substituição ao Ensino Religioso, também tratado no Decreto nº. 981 de 1891 do Governo Provisório, que regulamentava a escola Primária do 1º e dos 2º graus no Distrito Federal.

Na Constituição de 1891 a preocupação em relação à educação estava centrada no foco de construir no país um sentimento de civismo e até mesmo de patriotismo.

De acordo com Souza (1998, p. 35):

É assim que a escola primária adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental. Para cumprir tão elevado desígnio era preciso fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino...

A partir da Constituição de 1891, em seu art. 72, § 6º “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891).

Para Bello,

No governo de Deodoro da Fonseca, o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos é João Barbalho Uchoa Cavalcanti. No Governo de Floriano Peixoto são Ministros da Instrução Pública, Correios e Telégrafos: José Higino Duarte Pereira (interino) e Fernando Lobo Leite Pereira. Este ministério tem vida curta, pois em 1892 é extinto o Ministério da Instrução e a Educação passou a constituir uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo Ministros Inocêncio Serzedelo Correia (interino) e Alexandre Cassiano do Nascimento (BELLO, 1965 p. 12).

O modelo de escola conhecido como Grupos Escolares foi inaugurado no estado de São Paulo, conforme exposto por Rosa Fatima, e faz uma explanação sobre este fato marcante:

Para Souza (1998, p. 89)

No dia 12 de abril de 1896, realizou a inauguração do Grupo Escolar de Jundiaí. Da capital partiu um trem especial que conduziu o governo do Estado, representantes da imprensa, do Instituto Pedagógico, muitos professores e grande número de convidados.

Para Garnica, (2010, p 76)“o Estado de São Paulo foi o precursor na implantação dos grupos escolares”.

Segundo Garnica, (2010, p. 76):

Os grupos escolares foram criados no estado de São Paulo em 1893 a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade, ficando obrigados a adotar o tipo de organização e método de ensino das escolas-modelo do estado.

Ainda segundo Garnica, (2010, p. 82):

Com os Grupos Escolares, portanto, vemos surgir uma configuração que até hoje molda o funcionamento das nossas escolas: a divisão em séries; a racionalização do tempo para as atividades escolares; a construção de espaços físicos próprios, visando à otimização de recursos humanos e estratégias pedagógicas; o rígido controle burocrático-administrativo; a especialização dos saberes; a mecanização da transformação dos conhecimentos em conhecimentos escolares; a produção específica de materiais de apoio – como os livros didáticos – que atendem não apenas aos objetivos da Educação, mas permitem, ao mesmo tempo, a ingerência de fatores extraescolares etc.

Rosa Fatima de Souza deixa claro a importância da modalidade de escola primária quando afirma: quando essa nova modalidade escola primária foi criada no Estado de São Paulo, no início da década de 1890, ela representou uma das mais importantes inovações de ensino”.

Estes grupos escolares caracterizam-se, de início, como sendo urbana e voltada a atender às necessidades de escolarização em massa, além da finalidade cívica moral e instrumental. Por conseguinte, esta escola moderna seria a substituição da escola de primeiras letras que existia no Império.

Os grupos escolares eram como escolas modelares, em que a educação primária era complexa e ministrada a partir de um programa de ensino enriquecido, enciclopédico e que utilizava o que havia de mais moderno em relação aos usos dos métodos e processos pedagógicos daquela época.

Para trabalhar nos grupos escolares como professor era necessário possuir uma rigorosa e, acima de tudo, cuidadosa formação, pois tinha como preocupação o domínio dos métodos de ensino por parte dos profissionais do magistério daquele período, ou seja, o professor deveria ser conhecedor deste novo modelo educacional.

O que nos mostra Rosa Fatima de Souza (1998, p. 16):

Eles necessitavam da produção de um profissional, isto é, professores com o domínio de novos métodos de ensino. A construção de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, e a fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, e a cada horário uma matéria) e pela redistribuição do poder no interior da escola.

Neste período, em que se iniciou os grupos escolares, a formação dos professores era o centro das preocupações, pois, na sua maioria, eram leigos, ou seja, não era mais a educação realizada pelos padres e o número de professores habilitados era mínimo em relação ao número de professores que estavam atuando no país.

De acordo com Tanuri (2000, p. 48),

A criação dos "grupos escolares", mediante a reunião de escolas isoladas, com o ensino graduado e classes organizadas segundo o nível de adiantamento dos alunos; a criação de um curso superior, anexo à Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios. Na Escola Normal, as alterações foram significativas: embora uma única cadeira continuasse responsável pela formação pedagógica do professor - Pedagogia e Direção de Escolas - destacam-se a amplitude do currículo, com ênfase nas matérias científicas, o prolongamento de seu curso para quatro anos, e a exigência de uma cultura enciclopédica, a ser avaliada através de exames, para ingresso na referida instituição.

De acordo com Nelson Piletti (2000, p. 72), para formar-se como professor primário, no final da Primeira República, o aluno deveria seguir os seguintes passos de formação: 1º curso primário (preliminar); 2º curso complementar; 3º curso Normal.

Portanto, os grupos escolares compunham a forma de ensino com métodos inovadores, avançados e modernos do ensino primário para substituir os métodos considerados ultrapassados das escolas imperiais. A grande busca dos grupos escolares era a de se colocar em um único prédio e com uma única direção todas as "escolas isoladas" de certa localidade de acordo com o público alvo escolar. De acordo com Mourão (1962, p. 94): "O raciocínio parecia simples, em lugar de quatro escolas isoladas, cada uma com 4 classes, poder-se-ia reunir estas escolas em uma só, de modo que cada professor apenas lecionasse em uma classe ou ano escolar".

Esta nova instituição escolar foi agrupada, por isto conhecida como grupo escolar, implantados primeiro nas capitais e, só depois, nas sedes dos municípios do interior, em

especial aqueles que demonstravam ter um certo crescimento econômico, um certo poder político e um número de população que exigisse a sua implantação.

De acordo com Mourão (1962, p. 192):

Os grupos só poderiam ser criados em cidades, vilas e sedes dos distritos que, além de terem mais de 100 casas, tivessem pelo menos 200 crianças em idade escolar e, além disso, dispusessem de um prédio, de propriedade do Estado, com o número de salas necessárias.

Em muitos casos, demandou custo ao estado para que se fossem construídos os grupos escolares. Em alguns casos foram utilizados prédios residenciais que foram transformados em unidades escolares. Aquelas localidades que não atendessem a estes princípios continuariam com as aulas isoladas ou salas multisseriadas.

Para Mourão (1962, p. 192):

A construção desses prédios deveria ser feita fora do alinhamento das ruas, inteiramente isoladas de outros edifícios. O terreno para a construção deveria ser seco e permeável e a área respectiva deveria ser de 1000 metros. Poderiam ser desapropriados terrenos particulares para a construção dos prédios escolares, sendo considerados esses terrenos como de utilidades pública, com suas dependências.

A construção dos grupos escolares deveria atender a uma série de determinações, assim como também a sua arquitetura e divisão interna do prédio. Mourão (1962, p.192) apresenta que os prédios deveriam ser “além do edifício principal, o prédio escolar deveria ter um jardim para estudo de agricultura e botânica elementar e uma área nivelada, coberta, macadamizada ou asfáltica para ginástica e evoluções militares”.

Já a década de 1920 foi marcada por momento de grandes discussões na educação brasileira.

No ano de 1922, o educador Carneiro Leão iniciou uma reforma educacional no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Para Silva e Machado (2005, p.295):

Afirmava Leão que apenas os recursos dos estados e municípios não conseguiriam resolver o problema do analfabetismo. Mesmo no Estado de São Paulo, com todo seu desenvolvimento, faltavam escolas para 40% de sua população. Apontava a importância de se criarem impostos ou taxas que fossem integralmente destinados ao ensino, e sugeria a criação de um fundo escolar, a exemplo do que havia sido realizado em São Paulo, em 1887.

No ano de 1923 o educador Lourenço Filho iniciou um movimento de renovação educacional com a reforma realizada no estado do Ceará.

Para Rafael (2011, p 229):

Lourenço Filho considerava a educação pré-primária fundamental para o desenvolvimento das crianças e para a organização da Educação. Em seus artigos e livros, pode-se verificar as críticas e sugestões que fazia, tanto para integrá-las ao sistema escolar como para organizar os conteúdos que, para ele, deveriam ser dirigidos por professoras com devida formação. Naquele momento o Brasil discutia a organização de um Sistema Nacional de Ensino e algumas instâncias da sociedade discutavam sobre o que fazer com as crianças de 0 a 6 anos.

Três acontecimentos contribuíram de forma muito íntima para os debates a respeito da educação brasileira, um deles, sem dúvidas, foi a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE), por Heitor Lira, António Carneiro Leão, Venâncio Filho, Everardo Backeuser, Edgard Süsskind de Mendonça, Delgado de Carvalho, entre outros.

Assim a escola ganha novas finalidades e novas concepções para a organização do ensino.

De acordo com Romanelli (1983, p. 45):

A Primeira República teve assim um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo.

A educação escolar existente não penetrava profundamente em nenhuma grande camada popular e se caracteriza perfeitamente como uma educação da elite. De acordo Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi (1964, p. 8), em 1927 a população escolar estimada para o ensino primário era de 4.7 milhões, porém, somente 1.78 milhão encontrava-se matriculada.

De acordo com o Portal da Educação,

Além dessas reformas, foram realizadas diversas outras, nos Estados, por educadores inspirados nos princípios da escola nova, tais como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro, em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

Durante a Primeira República, o ensino primário continuou descentralizado, e sob a responsabilidade de cada estado da federação. Cabia a cada estado criar o seu modelo de ensino tendo com modelo as escolas-modelos para se adotar nos grupos escolares. Este fato levou muitos municípios e pedir ao governo a “reunião das escolas”. De acordo com Rosa Fatima: “Muitos municípios passaram a solicitar do governo ‘reunião das escolas’ para a criação de uma escola modelo na cidade, como foi o caso de Bananal, Taubaté e Campinas.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, um órgão de extrema importância para executar e planejar agora em âmbito nacional da educação. Isto por que o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado em 1890 foi extinto no governo de Floriano Peixoto entre os anos de 1891 e 1892.

A grande busca da Primeira República, no que diz respeito à educação, que não conseguia nem ao menos combater o analfabetismo era o de torná-la acessível a toda população, principalmente para aqueles em idade de frequentá-la.

Para isso, buscava-se, com as Reformas Escolares, reduzir, por exemplo, o tempo do ensino primário de sete para cinco anos de idade com uma redistribuição dos professores que por ventura ficarem sem alunos com esta perda, deveria disponibilizar prédios quando o número de matriculados fosse maior que a capacidade de lotação do local já pré-estabelecido como grupo escolar, que o ensino seria em dois turnos distintos e, por fim, deveria se ter a construção de grandes e imponentes grupos escolares.

O que deixa claro perceber que a criação dos grupos escolares partiria da iniciativa dos estados com suas particularidades, o que provocou uma grande diferença entre este modelo de ensino no Brasil.

2 IDEIAS REPUBLICANAS E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPUBLICA E O SURGIMENTO DOS OS GRUPOS ESCOLARES.

Neste segundo capítulo será apresentada a história dos grupos escolares no Brasil fazendo uma análise histórica e geográfica destes, além de apresentar os motivos de suas criações. Apresentaremos também que o estado de São Paulo foi o pioneiro.

Sobre a modernização da sociedade brasileira, Berloff e Machado ,afirmam que:

Os reformadores foram influenciados pelo positivismo e pelos ideais liberais, e na crença em despertar o nacionalismo na nação implantaram reformas no currículo das escolas com o intuito de se alcançar as finalidades desejadas. Nesse sentido, podemos destacar a reforma do ensino iniciando-se pela Escola Normal de São Paulo e, por conseguinte, a reorganização do ensino primário da qual resultou a criação dos grupos escolares, tendo como missão a de alcançar a tão ansiada modernização do país. (BERLOFFA E MACHADO, 2012, p. 36)

Ainda neste capítulo será abordado um pouco sobre a educação no Estado de São Paulo por ter sido o pioneiro deste modelo de escola primária no Brasil. Será apresentado também a história da Educação no Estado de Minas Gerais, mostrando o percurso dos grupos escolares deste Estado que se inicio por sua capital Belo Horizonte e depois se expandiu para o seu interior. Os Grupos escolares nasceram por iniciativa e no interior dos Estados da Federação Brasileira, pois os governos estaduais eram responsáveis pela educação primária enquanto que cabia à União apenas fiscalizar as suas realizações.

Os grupos escolares tiveram, portanto, sua trajetória iniciada no Brasil pelo estado de São Paulo e depois disseminada para o restante do país. Para elucidar esse desenvolvimento, que parte de São Paulo para o restante dos estados, o que levará a um melhor entendimento sobre o surgimento dos grupos escolares.

Em relação às reformas políticas durante a Primeira República no país, os estados de Minas Gerais e São Paulo estavam à frente, pois, neste momento, as lideranças políticas, em sua maioria, concentravam-se nestes dois Estados. Soma-se a isso, o fato de estar em vigência, nesse período, a conhecida “República das Oligarquias”, ou “República do Café com Leite” onde os representantes do executivo eram indicados pelos oligarcas destes estados, defendendo seus interesses.

Neste período, da Primeira República, os esforços também estavam voltados para que se tivesse uma escolarização pública que fossem ao encontro dos ideais positivistas e liberais que se afluavam pela Europa e já se disseminavam entre os intelectuais brasileiros.

De acordo com Souza:

Com os olhos voltados para os países europeus, principalmente para os Estados Unidos, os republicanos paulistas assistiam impressionados à constituição de sistemas nacionais de ensino nesses países e os avanços educacionais. No final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles. (SOUZA, 1998, p.29).

Portanto no período da primeira República a educação brasileira buscou valorizar a escolarização pública e em especial a educação infantil utilizando-se para isso os modelos já existentes e implantados como os da Europa e dos Estados Unidos da América, buscando amenizar o analfabetismo e proporcionar um avanço educacional.

2.1 GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Este novo modelo de escola conhecido como Grupo Escolar, teve seu início, no Brasil, no estado de São Paulo, entre o final do século XIX e início do século XX. De acordo com Souza (1998, p. 30): “os grupos escolares consistiam em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes naquela época”.

Os grupos que começaram a ser criados no Brasil no ano de 1893 quando buscava objetivar uma busca de reunião das escolas isoladas, agrupadas por proximidade. Portanto, os Grupos Escolares se tornaram responsáveis por esta nova organização escolar no início do período republicano brasileiro, reunindo as principais características das escolas graduadas, ou seja, o modelo utilizado no final do século XIX em vários países da Europa e dos EUA, voltados para a educação popular.

Surge, portanto, o modelo escolar que buscava agrupar em um mesmo prédio todas os alunos, com uma divisão do trabalho docente onde cada professor estaria a frente de uma única sala de aula referente a uma série.

É o que apresenta, Saviani (2004, p. 114):

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.

O ideal da educação com os grupos escolares estaria centrado no fato de reunir os alunos em turmas onde os alunos tinham um mesmo nível de ensino e ainda uma racionalização do ensino e a introdução de um sistema de avaliações

O ideal das instituições escolares no formato dos grupos escolares buscava em sua essência implantar os ideais republicanos, o que provocou profundas mudanças na educação pública brasileira.

Para Saviani,

As instituições escolares, na modalidade dos grupos escolares como contempla no interior do projeto republicano na reforma social e a difusão da educação popular, uma entre várias medidas de reforma da instrução pública, primeiramente em São Paulo e implantadas a partir de 1890. Com a implantação dessa nova modalidade escolar, aconteceram implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. (SAVIANI, 2008, p. 172).

E ainda sobre a relação grupos escolares e os ideais republicanos Souza (1998 p. 30) afirma que:

A criação dos grupos escolares surge, portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular- uma entre as várias medidas de reformas da instrução pública no estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. (SOUZA, 1998. p. 30).

Portanto o projeto escolar de acordo com o projeto republicano tinha em sua essência a reforma social e também a educação popular. O estilo de ensino das crianças conhecido como grupo escolar teve sua inspiração nos modelos europeus e dos Estados Unidos.

O pioneirismo do estado de São Paulo é percebido nesta estruturação. De acordo com Souza (1998, p.29): “muitos republicanos estavam envolvidos com essas escolas” nas suas mais diversas seções como: colaboradores, alunos, fundadores, diretores etc.

Ainda de acordo com Souza:

A atuação dos republicanos no campo educacional não se reduziu às escolas particulares, mas, sobretudo, na implantação de iniciativas em prol da educação popular de grande repercussão política e social para a época. Em várias cidades dedicaram-se à promoção de conferências educacionais, criação de escolas populares(SOUZA, 1998. p. 39).

Este foi um marco que gerou profundas mudanças na educação pública do estado, em especial na educação primária, assim como na história da educação do Brasil.

A implantação dos grupos escolares provocou profundas mudanças na história da educação em todo o território brasileiro a começar pelo estado de São Paulo, pois várias mudanças ocorreram em especial no meio urbano, é que Souza (1998, p. 30) apresenta:

A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles, a consagração da República.

A proposta da criação dos grupos escolares foi uma das mais importantes inovações no que diz respeito a organização do ensino primário brasileiro, de acordo com Souza (1998 p. 31): “Este modelo foi proposto por Gabriel Prestes, este que já estava se difundindo por todo o mundo”.

A reforma da educação iniciada no estado de São Paulo possibilitou a criação da Escola Graduada na forma de grupos escolares. Foi considerado um modelo para a modernização educacional, de início para o Estado de São Paulo, e o fez se tornar referência para todos os outros estados do Brasil.

Aqui no Brasil a após a criação desta modalidade de ensino a partir de um artifício legal, a denominação escolhida para designar foi o termo Grupos Escolares e não o de Escola Central pois este explicaria melhor o seu motivo de criação que era o agrupamento das escolas isoladas, e que ainda estes só seriam criados em virtude da densidade demográfica e ainda que se houvesse mais de uma escolas estas deveriam ser agrupadas em um único prédio e que na ausência deste um novo deveria ser construído.

De acordo com Souza (1998, p. 46):

Foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal sendo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-la a funcionar em um só prédio. A denominação grupo escolar foi preterida a ‘escolas centrais’ ratificando o sentido mesmo da reunião de escolas, e aparece um ano depois no regulamento da instrução pública. De acordo com esse regulamento, nos lugares em que, em virtude de densidade da população, houvesse mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade escolar, o Conselho Superior poderia fazê-las funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado. Tais escolas teriam a designação de Grupo Escolar com a sua respectiva designação numérica em cada localidade. Poderiam também receber denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a reunião de escolas.

Esta criação dos grupos escolares representou, para o cenário da educação no Brasil, talvez a mais importante inovação no que diz respeito à organização do ensino primário. Fato que estava acontecendo especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Além disso, apresentou ser vantajoso, tanto pedagógica, quanto economicamente; pois agora muitas crianças estudariam em um mesmo edifício-escola. De acordo com Souza (1998, p. 37):

Vantagens pedagógicas e econômicas: dessa forma vemos como as representações sobre a escola graduada buscavam articular o ideal de renovação do ensino com o projeto político de disseminação da educação popular aliado às vantagens econômicas. O agrupamento de centenas de crianças num mesmo edifício-escola apresentava-se como medida de racionalização de custos e de controle.

O que deve ser destacado, em relação à criação dos grupos escolares, é a benesse econômica gerada a partir do artifício legal desses grupos, que reunia em um só prédio as escolas já existentes em uma localidade.

Sobre o uso da terminologia, Souza (1998, p. 35) afirma que:

A regularização da terminologia foi resolvida pelo ministro da educação do Departamento do Sena em 1868, que estabeleceu as seguintes definições :
Unidade de nível de ensinos, de professores e de local; um curso compreendia um agrupamento de alunos abrangendo a idade, a duração normal dos estudos e os programas a serem percorridos.

No final do século XIX, a organização da escola primária se dava bem próximo ao modelo de organização que temos nos dias de hoje.

Para Souza (1998, p. 39), “No Brasil a escola graduada de ensino primário, compreendendo múltiplas salas, de aulas, várias classes e alunos e vários professores, aparece pela primeira vez no ensino público, no Estado de São Paulo, na década e 1890”.

Para se reunir as escolas isoladas em Grupos Escolares, os paulistas resgataram uma concepção antes já utilizada por Rui Barbosa, e que teve como marco inicial uma reforma da Escola Normal; como assinala Souza (1998, p. 39) em relata próprio de Rui Barbosa:

Os republicanos iniciaram em 1890, a reforma do ensino pela reforma da Escola Normal, levando a termo uma concepção em voga, assinalada já uma vez por Rui Barbosa: ‘Reformas dos métodos e reforma do mestre: eis, uma expressão completa, a reforma escolar inteira, eis o progresso todo e, ao mesmo tempo, toda a dificuldade contra a mais endurecida de todas as rotinas – a rotina pedagógica’ (SOUZA, 1998 p. 39).

Para a estruturação dos grupos escolares como critério de “agrupamento” dos alunos foi levado em conta o fator idade das crianças. É o que deixa claro a reforma de 1892 que determinou a reestruturação no ensino público, que foi apresentado por Souza (1998, p.43): “O curso preliminar, obrigatório para crianças de 7 a 12 ano deveria ser ministrada em escolas preliminares regidas por professores normalistas.”

“Sem bons prédios é impossível fazer boas escolas” (Motta Junior, 1998, p.122). Cita esta afirmação do Secretário dos Negócios do Interior de 1895, César Motta Junior, deixando claro que não haviam prédios próprios destinados ao espaço escolar público e ainda afirma

que: “durante o império, a escola era muitas vezes a extensão de casa do professor; muitas funcionavam em paróquias, cadeias, cômodos de comércio, salas abafadas sem ar, sem luz, sem nada, cujas despesas com alugueis corria por conta do “mestre-escolar”.

As preocupações relacionadas à construção e o local do prédio do grupo escolar eram bem definidas, segundo Souza (1998): “em muitas cidades, ao lado da igreja, da Câmara Municipal, da cadeia e dos palacetes dos senhores e coronéis, os portentosos do lugar, o grupo escolar reluzia como um dos mais bonitos prédios públicos”.

Sobre isso vale observar o exposto por Souza (1998, p. 123):

O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação do prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão e provocar a estima dos alunos e dos pais pela escola.

A educação, portanto, teria o seu lugar de destaque, pois a preocupação com sua localização e benevolência do prédio se destacaria no espaço urbano o que elevaria o prestígio dos professores assim como a estima de todos os envolvidos com a educação.

E com o passar dos tempos a forma de construção dos prédios escolares no estado de São Paulo mudou muito, em especial, a partir da instauração da República no Brasil.

Pois, de acordo com Souza (1998, p.124):

Durante o Império, a atuação dos governos da Província de São Paulo, em relação às construções escolares, foi insignificante. A política de construções escolares promovida pelos governos republicanos no estado de São Paulo elevou os edifícios escolares à altura da importância atribuída à educação naquele momento histórico.

Nas cidades do interior o local e a construção dos prédios destinados aos grupos escolares também tinham a mesma preocupação quanto ao local formato de construção e outros, ressaltando a importância do templo do saber.

De acordo com Souza (1998, p. 126):

Nas cidades do interior, o grupo escolar encontrava-se localizado, geralmente, no centro do núcleo urbano ou em suas imediações, ocupando na trama urbanística um lugar de destaque ao lado de outras instituições públicas: a igreja, a coletoria, o correio, a Câmara Municipal, o que denota o grau de importância desses estabelecimentos de ensino.

A construção dos prédios, por determinação legal, atendia a uma certa orientação simétrica e de divisão.

Souza (1998, p 129) demonstra:

[...] Ainda como característica geral desses edifícios destaca-se a simetria das plantas demarcando a separação dos sexos - ala para os meninos e ala para as

meninas - cumprindo a prescrição legal. Os primeiros grupos escolares compreenderam edifícios de dois pavimentos com oito salas de aula de mesmo tamanho, uma para cada ano escolar do curso preliminar de cada seção – feminina e masculina. Além das salas de aula havia mais duas salas para a administração, provavelmente destinada à sala de professores e ao gabinete da diretoria.

De acordo com Mourão (1962, p. 192): “Além da edificação principal, prédio escolar deveria ter um jardim para estudo de agricultura e botânica elementar e uma área nivelada, coberta, macadamizada ou asfaltada, para ginástica e evoluções militares”.

As edificações dos prédios deveriam obedecer a critérios muito particulares, Mourão (1962, p. 192) apresenta uma curiosidade interessante quando afirma que: “A fachada do edifício principal deveria ser voltada para o nascente, tendo varandas do lado oposto, com separação para os dois sexos”.

Após uma década destas edificações de dois pavimentos, em 1905, em vista de diminuir os gastos com a construção os prédios dos grupos escolares passaram a ser construídos em um só pavimento, mas sem perder a sua visibilidade social e urbana.

É o que mostra Souza (1998, p. 130):

Em forma quadrangular, esses edifícios formavam um pátio interno em torno do qual se erigia uma galeria de circulação coberta interligando as salas. Estas edificações mais simples não perderam, no entanto, o ar de dignidade e austeridade que caracterizou os primeiros edifícios escolares públicos para a escola primária,

Dentre os municípios que pretendiam abrigar um grupo escolar deveria atender a vários critérios para ser atendidos um deles era a exigência de uma população mínima de crianças e até um número mínimo de casas.

De acordo com Mourão (1962, p. 192), descreve alguns critérios a serem observados para sua criação:

Os grupos escolares só poderiam ser criados em cidades, vilas e sedes distritais que, além de terem mais de cem casas, tivessem pelo menos 200 crianças em idade escolar e, além disso, dispusessem de um prédio, de propriedade do Estado com número de salas necessárias.

Buscando atender ao critério do agrupamento das escolas isoladas e ainda em relação ao grupo de professores e do número de alunos por sala de aula e a sua divisão por sexos (uma vez que não podiam estar em uma mesma sala os alunos e as alunas estariam em salas distintas só meninos em uma e outra só com meninas, Souza (1998, p. 47), apresenta a seguinte organização:

Cada grupo escolar poderia comportar de 4 a 10 escolas isoladas e seria regido pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critério da diretoria. Os alunos seriam distribuídos em 4 classes, para cada sexo, correspondente ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar.

Mesmo que funcionando em um mesmo prédio a separação completa dos “sexos”. E de certo modo pode se encontrar um princípio de igualdade entre os “sexos” por que agora o numero de classes de vagas era de igual destinação nos grupos escolares. Souza (1998 p. 47) afirma que: “ Nos grupos escolares poderiam funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e do feminino, havendo separação completa dos sexos”.

Foi destaque, em muitas situações, a separação entre alunos por sexo. A partir da criação dos grupos escolares passou-se a ter um princípio de igualdade da educação entre os sexos, seja em sala de aula ou qualquer outro ambiente, como afirma Souza (1998) “... reafirmou o princípio da igualdade da educação entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninas e meninos”.

A construção dos grupos escolares que buscava uma nova estrutura educacional não demorou muito a se concretizar, Souza (1998, p. 49): “O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se em poucos anos. Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade”.

Importante destacar que a criação dos grupos escolares não caracterizou o fim das escolas isoladas, pois estas sobreviveram mesmo que às sombras dos grupos escolares durante as primeiras décadas da primeira república. Isto por que ficou notório que a criação dos grupos escolares tinha como destino atender aos núcleos urbanos. O que privilegiava as áreas urbanas em detrimento das áreas rurais.

Os grupos escolares foram criados para beneficiar a população urbana que pode ser considerada, de certa forma, privilegiada, uma vez que na década 1890 a maioria da população brasileira era rural.

Conforme afirma Souza (1986, p. 51):

Criados especialmente para atender aos núcleos urbanos, os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural, isso em uma época em que cerca de 70% da população do Estado vivia no campo. ... O maior problema estava no descaso do governo com as escolas isoladas, embora elas fossem consideradas imprescindíveis para a instrução pública do Estado.

A criação e a implementação dos grupos escolares, encontrou algumas resistências por parte da população em especial a rural. É o que aponta Souza (1998, p. 51): “a implantação

dos grupos escolares enfrentou resistência da população de algumas cidades, uma vez que a ‘reunião de escolas’ provocava o distanciamento da escola da residência dos alunos”.

Um novo profissional do ensino primário que surgiu com a criação dos grupos escolares e que se tornou um dos seus principais articuladores foi o Diretor de grupo escolar.

De acordo com Souza (1998, p. 75):

Desde o início, o diretor assumiu um papel central na estrutura hierárquico-burocrático que ensaiava os primeiros passos no ensino público paulista. Ele foi considerado o elemento chave que transformaria a mera reunião de escolas em uma escola graduada orgânica.

Com isso percebemos que o profissional que aparece nos grupos como sendo o principal articulador e até mesmo o elemento chave da “reunião das escolas” é o Diretor. Conforme o que Souza (1998, p. 75) descreve: “Na visão organicista em voga na época, o diretor era o cabeça, o elemento fundamental para a organização da escola graduada. A importância do diretor para uma boa organização do grupo escolar prevaleceu por muito tempo”.

Por ser o maior responsável pela escola e único diante do governo, os diretores, então deveriam ser nomeados pelo próprio governo dentre aqueles professores das escolas reunidas e portadores de diplomas de Escola Normal Superior. Isto, porém, provocou um desconforto, pois os diretores viam a atividade de docência como um empecilho ao bom desempenho das atividades de diretor. E ainda estes eram, em sua maioria, do sexo masculino.

Como o diretor era sempre nomeado pelo governo este passaram a ser vistos como uma autoridade do governo. Os diretores, como sabedores de seu ofício e de sua autoridade, exerciam suas atividades de forma coordenada e de fiscalizador do ensino. As atribuições do diretor com o passar dos tempos foi se ampliando e passou de status de ser o representante do governo na comunidade escolar e também o representante da escola perante o governo e passou também a abranger aspectos pedagógicos e administrativos. De acordo com Souza (1998, p. 76): “Inicialmente, os diretores deveriam ser nomeados pelo governo escolhido entre os professores das escolas reunidas, diplomados pelo Escola Normal do estado, continuando a reger uma classe auxiliado por um adjunto”.

Souza (1998, p. 77) apresenta que em 1898 aconteceu uma mudança nos critérios de escolha do diretor:

“Ainda em 1898, modificou-se o critério de nomeação do diretor, prevalecendo a livre escolha do governador sobre o professor diplomado em Escola Normal do Estado ou, na falta, em escola complementar do estado, desde que tivesse prática de ensino. O governador poderia considerar a indicação do inspetor para a nomeação do respectivo

diretor. Dessa forma, o cargo de diretor passou a revestir-se de caráter eminentemente político.”

E ainda um fato curioso que chama a atenção eram os critérios de escolha do diretor. De acordo com Souza (1998, p. 80); “O cargo de diretor, facultado a profissionais do sexo masculino, em sua maioria, reforçava, outrossim, as desigualdades nas relações de gênero estabelecidas no universo social mais amplo”.

O mecanismo adotado para que e os diretores pudessem ter a ciência de que os programas de ensino estavam sendo respeitados foi a institucionalização dos diários de classe. Tais documentos possibilitavam que o diretor fiscalizasse a aplicabilidade do ensino público que, de acordo com Souza (1998, p. 84): “O diretor era o guardião da ordem e da disciplina, tantos dos professores quanto dos alunos. Uma das medidas adotadas na época para controlar o trabalho docente foi a instituição do Diário de Lições ou Diário de Classe” uma espécie de agenda onde deveria estar anotado o dia a dia das tarefas e realizações em sala de aula.

As funções dos diretores do grupo escolar, de acordo com Mourão (1962, p. 161) teria como funções dentre outras:

Proceder à matrícula dos alunos, distribuindo-os por professores e salas; fiscalizar o ensino e a disciplina do estabelecimento; entender-se com autoridade escolares-locais, com pais e tutores, sobre matrícula e frequência de alunos; ter a seu cargo a “Caixa Escolar” e a sua escrituração; organizar a folha de pagamento do pessoal; encaminhar ao Governo o expediente dos professores; visar os boletins escolares de aproveitamento, frequência e comportamento dos alunos; providenciar o pagamento do pessoal; lavrar os termos de posse dos nomeados, comunicando ao Secretário do Interior a data respectiva, bem como dados sobre licenças.

Mesmo após ter sido instituído desde 1892, a seleção dos professores, não seguia os critérios de aprovação em concurso. As vagas para docentes eram ocupadas por remanejamento de professores efetivos das escolas isoladas, por conseguinte passaram a receber a denominação de “professores adjuntos” do diretor.

Para Berloff e Machado (2012, p. 45),

Os grupos escolares contavam com professores normalistas melhor remunerados e com melhores condições materiais e pedagógicas em relação às escolas isoladas, isto se devia ao descaso do Governo para com estas, mesmo sendo elas locais indispensáveis para a instrução do povo. As suas necessidades englobavam a carência de materiais, de livros, de salas apropriadas e de salários para os professores que ganhavam menos que os das escolas centrais.

Para se chegar ao número de professores que cada grupo escolar podia contar era adotado a seguinte regra, um professor para cada grupo de 40 alunos em sala de aula de acordo com Souza (1998 p 47) “e seria regido pela quantidade de professores referentes ao

agrupamento de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critérios da diretoria”. Tais profissionais eram escolhidos pelo governo dentre os professores intermediários ou normalistas e ou ainda equiparados.

A utilização de ferramentas, como, por exemplo o diário de classe, confirmavam que os professores não estavam livres para o exercício da docência e sim que deveriam obedecer ao modelo da escola, e que cabia ao diretor o controle e a fiscalização.

Na circunstância de não obediência, por parte dos professores, às normas poderia ter consequências desde simples advertências até a dispensa do cargo que ocupava.

As funções dos professores dos grupos escolares de acordo com Mourão (1962, p. 161) eram as seguintes:

Competia ao professor: manter a ordem de entrada dos alunos em classe e sua permanente distribuição; executar o programa, no horário estabelecido e conseguir a disciplina nas suas aulas; ter a seu cargo e zelar o material escolar; verificar o asseio e higiene dos alunos; fiscalizar os alunos, em horas de recreio, ao ser designado pelo diretor, quando instruiria esses alunos nos exercícios físicos livres e de ginástica do programa.

Outros profissionais dos grupos escolares eram o Porteiro e a Servente e que este também tinha as suas atribuições que de acordo com Mourão (1962 p. 162),

Cabia ao porteiro zelar pela conservação do prédio, ter a seu cargo o jardim e ter comissões fora da escola, a mandato do diretor. Nos grupos de menos de oito professores, o porteiro teria também as funções de servente. A Servente deveria abrir e fechar o estabelecimento e seria obrigada à limpeza diária das salas e demais dependências do prédio.

Em se tratando das crianças com idade escolar para pudessem frequentar os grupos escolares deveriam atender aos critérios do regulamento Júlio Bueno-Delfim Moreira que definia o perfil do alunado, citado por Mourão (1962, p. 195):

definia como alunos das escolas primárias estaduais todas as crianças de um e outro sexo, com exceção das afetadas de moléstias contagiosas incuráveis, das loucas e das que recebiam instrução, quer em domicílio, quer em escolares particulares, ou em estabelecimentos municipais e federais.

A idade escolar iniciava aos 7 anos e terminava aos 16. Nas escolas mistas, não se admitia crianças do sexo masculino maiores de 14 anos.

Para organização das matrículas e do ano escolar Mourão (196,2 p. 195) apresenta:

A matrícula nas escolas estaduais seria feita no período de 7 a 31 de Janeiro. Seria eliminado da matrícula os alunos que faltassem 60 dias consecutivos. Teria frequência mensal o aluno que comparecesse, no mínimo “a 15 lições em cada um mês do ano letivo.... ao semestre se referia a 5 meses, entre 1º de fevereiro e 30 de junho ou entre 1º de julho e 30 de novembro.

No critério e a organização da avaliação da aprendizagem, as notas dos trabalhos e de aproveitamento dos alunos, e organização do tempo escolar, de Mourão (1962 p. 162) tinha os seguintes pontos: “Os trabalhos escolares decorreriam entre as 10 da manhã até 2 da tarde, estendendo-se até 3 para alunos do 4º ano... as notas de aproveitamento eram classificadas, dentro dos seguintes limites: 10 – ótimo; 6 a 9 – boa; 1 a 5 – sofrível; zero – má.”

Quanto a organização da disciplina dentro da sala de aula, Mourão (1962, p. 162) afirma que:

Os alunos que tivessem de se dirigir ao professor deveriam levantar o braço direito, com a mão aberta. A leitura era sempre feita com o aluno de pé. Havia uma série de proibições para os alunos, referentes á higiene e bons modos que deviam conservar. Dentre essas, havia a de não fumar.

Para serem promovidos os alunos eram submetidos ao julgamento de seu aproveitamento mediante suas notas.

Os critérios desta promoção de acordo com Mourão (1962 p. 196) são:

Os alunos de 1º, 2º e 3º anos seriam promovidos ao imediatamente superior se tivessem médias de aproveitamento iguais ou superiores a 5 em todas as disciplinas. Os alunos do 4º ano seriam examinados por uma comissão, presidida pelo inspetor municipal ou distrital. Nos grupos, essa comissão era composta do diretor e dos professores do 4º ano, no exame do 4º ano, haveria, além das provas orais, as provas escritas e as provas práticas que a comissão examinadora julgasse necessárias. A nota mínima de aprovação seria a média de 5.

Pioneira em todo o Brasil, o Grupo Escolar do Carmo, localizado na Rua do Carmo, São Paulo e inaugurada em dez de agosto de 1894, foi o primeiro grupo escolar. Após isto foram sendo instalados novos grupos nas cidades de Amparo, São Roque, Tietê, Iguapé e Ubatuba. Em algumas cidades, no entanto, como foi o caso da cidade de São Roque, as escolas reunidas passaram a funcionar em novembro de 1893, mas a instauração oficial do Grupo Escolar aconteceu somente em setembro de 1894.

Os grupos escolares teriam sua expansão baseada em fatores econômicos e políticos.

De acordo com Azeredo e Stamatto (2012, p. 17):

De modo geral, as primeiras escolas a serem agrupadas eram as das capitais e depois as das sedes dos municípios do interior que demonstravam um crescimento econômico, político e populacional significativo e por isso exigiam do Estado investimentos para a construção de grupos escolar.

As localidades que não apresentassem estas exigências econômicas, políticas e até de número populacional em idade escolar não teriam a implantação dos grupos escolares, de acordo com Azevedo e Stamatto (2012, p. 22): “Enquanto as localidades não apresentassem

nenhum crescimento da população em idade escolar continuavam existindo e funcionando as escolas isoladas ou multisseriadas”

Percebe-se que na primeira década da primeira república, a disseminação dos grupos aconteceu de maneira lenta e gradual. O Estado de São Paulo, neste período, contava com o total de 26 grupos escolares, onde, doze deles se localizava em cidades de grande concentração populacional do estado.

É o que apresenta uma tabela apresentada por Souza (1998, p. 104), usando como fonte o Anuário do Ensino do estado de São Paulo, 1907; 1909-1910.

Tabela 2 – Dados dos Grupos escolares estado de São Paulo

Ano	Estabelecimento	Data de Instalação	Localização
1894	GE do Carmo	10.8.1894	Rua do Carmo
1895	GE Prudente de Moraes	25.3. 1895	Rua Tiradentes (luz)
1896	GE Sul da Sé	5.2.1896	Sé
	GE Maria José	11.4.1896	Bexiga
	GE Santa Efigênia	16.3.1896	Alameda dos Andradas, 66
	2 ° GE do Brás	4.11.1896	R. Almirante Barroso, 3
1898	1° GE do Brás	8.8.1898	Av. Rangel Pestana
	3° GE do Brás	1.8.1898	Brás
1900	GE da Alameda do Triunfo	3.9.1900	Alameda do Triunfo, 19
	GE da bela Vista	4.7.1900	Bela Vista
1903	GE Barra Funda	10.3.1903	R. Barra Funda, 9
1905	GE do Arouche	1.7.1905	Arouche
	GE da Liberdade	1.9.1905	R. da Glória, 106
	GE do Pary	13.3.1905	R. Dona Elisa Whitaker, 1
1906	GE do Mooca	25.9.1906	R. Mooca
1907	GE São João	4.3.1907	R. São João
1908	GE do Cambuci	1.2.1908	Cambuci
1909	GE Avenida	26.3.1909	Av. Paulista
	Ge de Belenzinho	2.2.1909	Belenzinho
	Ge do Bom Retiro	2.2.1909	Bom Retiro
	GE da Lapa	8.2.1909	Lapa
	GE de Sat'Anna	17.5.1909	Santana
	Ge de Vila Mariana	26.3.1909	Vila Mariana

Fonte – Anuário de Ensino do estado de São Paulo, 1907-1908;1909-1990. Citado por Souza (1998 p. 104)

A criação de mais de um grupo escolar por município só foi possível a partir da década de 1920, salvo raríssimas exceções como era o caso das cidades de Amparo, Jundiaí, Campinas e Santos. De acordo com Rosa Fatima de Souza (1998, p. 117-119) no ano de 1929 o estado de São Paulo já contava com 297 estabelecimentos, destes 47 na capital e 250 no interior do estado

Apesar do esforço por parte do governo estadual de São Paulo em promover a educação pública, este tipo de ensino não conseguia acompanhar a demanda demográfica, por consequência a maioria das crianças em idade escolar estava fora das escolas, proporcionando que a maioria da população fosse de analfabetos.

De acordo com Souza (1998, p. 3):

O recenseamento escolar de 1920 indicou os seguintes resultados: havia no Estado 547.975 crianças com idade escolar (7 a 12 anos). Dessas, frequentavam escolas públicas e particulares apenas 175.830. Portanto, 67,9% das crianças não frequentavam escolas. A porcentagem de analfabetos era de 74,2 %.

Em meados da década de 1910, e principalmente na década de 1920, o nacionalismo se tornou importante sentimento do país, o que provocou o desenvolvimento de novos padrões de cultura.

O nacionalismo esteve sempre preocupado com a educação de maneira especial no que diz respeito a escolarização da população. Em um primeiro plano, e, por conseguinte, que esta educação contribuísse para se formar o caráter nacionalista no país ou o que Nagle (1997 p 123) trata como “a tarefa de abraçar o brasileiro”.

No ano de 1918, iniciou a subvenção aos estados que, de acordo com Nagle (1997 p 123), tinha a finalidade de:

Manutenção de escolas primárias criadas em substituição àquelas cujo funcionamento foi proibido em muitos núcleos estrangeiros. E, de acordo com esta orientação, que vão aparecer outras medidas, agora adotadas pelos Estados, para impedir a desnacionalização da escola e da infância, por isso mesmo, as reformas da instrução pública, realizadas na década dos vinte, apresentam nítida feição nacionalizadora.

Após serem inaugurados no estado de São Paulo os grupos escolares, estes depois foram sendo disseminado para todo o país mesmo que de maneira lenta e gradual.

Souza (2008 p. 47) afirma que:

Assim, vale ressaltar que somente a partir da segunda metade do século XX que a expansão maciça dos grupos escolares ocorreu em todo o país, mas a uniformidade e padronização das escolas pretendida pelos diretores foram um ideal inalcançável devido ao confronto pelas apropriações e os modos de pensar e agir dos próprios sujeitos implicados no ato educativo .

Portanto, esta estrutura de ensino público chamada de grupo escolar, do estado de São Paulo foi referência para todos os outros estados brasileiros.

Souza (1998, p. 61) afirma que:

Comissões de professores do ensino público de São Paulo foram convidados para participarem da reorganização da instrução pública em vários estados nas primeiras décadas desse século [20]: Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Paraná, Pernambuco, Piauí, Acre.

A ideia de implantação dos grupos escolares difundiu-se para o restante do Brasil, fazendo parte da política de diversos presidentes (ou governadores) de estados. O modelo escolar paulista foi implantado no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920.

2.2 GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2.1. Minas Gerais e seu Território

A região do atual estado Minas Gerais no Brasil foi ocupada, até o século XVI, por povos indígenas. O desbravamento europeu da região teve início no século XVI, por entradas que partiam da Bahia e de São Paulo e que buscavam ouro, pedras preciosas e escravos índios.

Figura 1: Mapa de Minas Gerais por mesorregiões.



Fonte: IBGE. Execução PRODEMGE.

De acordo com Araújo (2012, p. 05):

Minas Gerais contava então com 04 milhões de habitantes, e conforme dados presentes no próprio *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas*, de 16 de dezembro de 1906, a escola primária contava com 54.825 alunos, dos quais 21% cursavam escolas particulares. Ou seja: se a demanda perfazia 800.000 crianças, a escolarização pública atendia somente 5,4% da mesma.

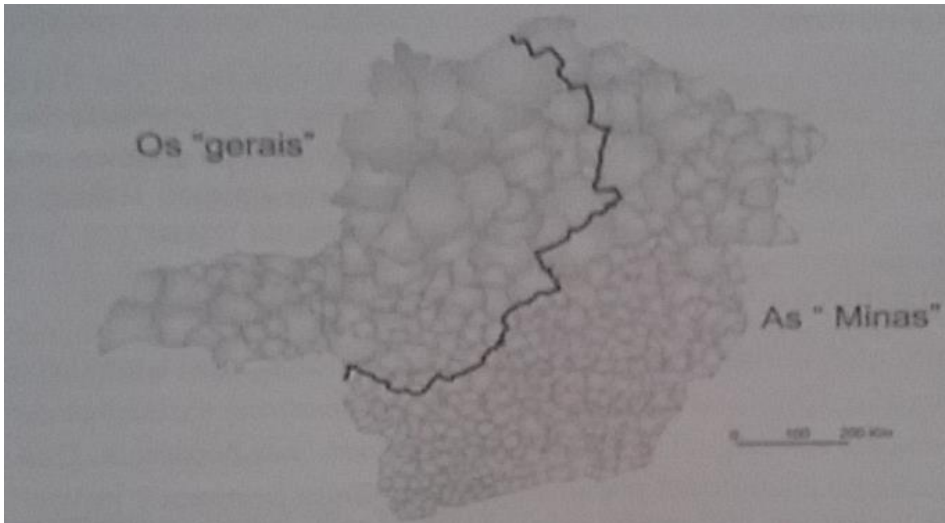
Ainda de acordo com o Araújo (2012, p. 5), em Minas Gerais no ano de 1908 a grande maioria das crianças em idade escolar não frequentava as aulas e que a media de alunos atendido por Grupo Escolar era de aproximadamente 458 alunos. E que só existiam 22 grupos escolares com 10.090 alunos matriculados. Vejamos:

Essencial ao regime republicano, com a atual reforma, [a matricula escolar] chegou quase a duplicar [...]. Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares, em que se acham matriculados 10.090 alunos.
Isso significa em tremo de média, que havia cerca de 458 alunos por grupo escolar. Cumpre assinalar que, das 800 mil crianças em idade escolar, a 7000.000 não se dá ainda o devido ensino. Araújo (2002, p. 5)

A história de Minas Gerais e sua ocupação ocorreram, basicamente, em duas etapas: houve a ocupação das “Minas”, correspondente às partes Sul, Central e Zona da Mata e posteriormente a ocupação das “Gerais”, englobando as partes Norte, Nordeste, Noroeste e Oeste do Estado. Neste último grupo, inclui-se a atual Mesorregião Triângulo/Alto Paranaíba, a qual será estudada posteriormente.

A ocupação das “Minas” estava ligada à exploração do ouro e dos diamantes; já os “Gerais” foram conhecidos a partir do avanço das entradas e bandeiras que se dirigiam a Goiás e ao Mato Grosso desde o século XVI, porém, o início da ocupação efetiva aconteceu a partir de meados do século XVIII.

Figura 2: Mapa de Os “Gerais e as “Minas”



Fonte: IBGE – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol XXIV”. Rio de Janeiro, 1958: Desenho Itamar Gonçalves.

No estado de Minas Gerais a criação dos grupos escolares, assim como em São Paulo, partiu da iniciativa de racionalizar o ensino e ampliar a possibilidade de acesso à educação, agora também para outras camadas da população brasileira, ou seja, agora tanto para as camadas médias, como para as camadas baixas.

De acordo com Araújo (2012, p. 449):

Acompanhando as tendências republicanas, defensoras da modernização e da escolarização, Minas Gerais (por ser um dos principais Estados da Federação Republicana e concentrar boa parte dos políticos, lideranças republicanas e oligárquicas) também efetuara esforços no sentido de programar a escolarização pública em conciliação com os ideais positivos e liberais.

Em Minas Gerais aconteceu uma importante busca na educação das crianças ao difundir as novas ideais educacionais que buscou tratar a criança como criança e não mais um “mini adulto”.

De acordo com Nagle (1997, p. 56):

O regulamento do Ensino Primário firmou-se a ideia de que a criança não é um tropeço, mas um estado necessário à formação e ao amadurecimento humano, do que decorreram três princípios: a criança deve ser considerada do ponto de vista de seus próprios interesses, os programas devem ser ajustados às características da experiência infantil e os procedimentos didáticos devem ser selecionados de modo a evitar o ensino passivo e receptivo.

No estado de Minas Gerais, três anos após a Proclamação da República, uma lei provocou a reforma do Ensino Primário e, assim, reformular a escolarização. Proclamada em 1892, a chamada de Lei Afonso Pena, que, de acordo com Mourão (1962, p. 25), “foi uma lei

descentralizadora. Criou um órgão técnico para estudar métodos e processos de ensino”. O mesmo autor afirma que na Lei Afonso Pena: “Vê-se o intuito muito louvável de afastar o magistério da política e de agir com normas justas, baseada no respeito à personalidade humana”.

As escolas no estado de Minas Gerais, segundo Mourão (1962, p.27), eram classificadas de acordo com seu local de funcionamento, ou seja, no campo, nos distritos ou nas cidades.

Ainda que o estado de Minas Gerais fora dividido em circunscrições literárias, pelo decreto nº 676 de 1894, de acordo com Mourão (1962, p. 40): “em 19 de dezembro de 1893, foi sancionada a lei mineira nº 77 que encerrava um curioso dispositivo, qual o de dividir o estado de Minas Gerais em 10 circunscrições literárias, tendo por sede as cidades em que havia escolas normais....”

A reforma do ensino no estado de Minas Gerais, estado mais populoso do Brasil no início da Primeira República, foi implementada por méritos do governador João Pinheiro.

Segundo Mourão (1962, p, 93):

Em 7 de setembro de 1906, assumiu a Presidência do Estado de Minas Gerias o Dr. João Pinheiro da Silva, em cujo governo seria feita a reforma de ensino que constituiria um marco divisório na história da instrução da que era então a mais populosa unidade da federação brasileira.

Até este momento, a escolarização no estado mineiro era realizada de maneira árdua e exaustiva aos professores. De acordo com Mourão (1962, p. 93): “Até então os professores em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas onde se reuniam crianças de quatro classes”.

Esta modalidade de escolas isoladas era mantida até mesmo nas cidades, onde não havia alunos suficientes para que se reunisse por classes individuais e em grupos. Segundo Mourão: “em lugar de quatro escolas isoladas, cada uma com quatro classes, poder-se-ia reunir estas escolas em uma só, de modo que cada professor apenas lecionasse em uma classe ou ano escolar”.

Coube ao Governador João Pinheiro, através da lei nº 439 de 28/09/1906, autorizar a reforma do ensino primário, no estado de Minas Gerais, assim como também os ensinos normal e superior.

De acordo com Mourão (1962, p.94): “esta foi uma verdadeira reforma de base na instrução pública”.

Lei nº 439 de 28/09/1906
 Art. 3º - O ensino primário – gratuito e obrigatório – será ministrado em:
 I – Escolas isoladas;
 II – Grupos escolares;
 III – Escolas-modelo anexas às escolas normais. (MINAS GERAIS, 1906)

No artigo 3 da lei 439 de 1906 se usa pela vez no estado de Minas Gerais a nomenclatura grupos escolares. Este novo modelo de escolarização também foi tratado no artigo 10 desta mesma lei que aos grupos escolares e às escolas modelos, seria de “organização mais adaptada aos intuitos de sua instituição”

Art. 10 – Nos lugares onde forem organizados os grupos escolares de que trata esta lei, poderá o Governo suprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola suprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercício.
 Parágrafo único – Se não aceitar a cadeira que lhe for designada, perderá o professor as vantagens da disponibilidade ativa, medida que se estende ao professor em disponibilidade, que aceitar qualquer comissão do Governo estadual ou federal. (MINAS GERAIS, 1906 p. 112)

O artigo 21 tratava especificamente dos requisitos para se criar um grupo escolar em cada localidade.

Observa-se a preocupação com a separação para cada sexo, que, de acordo com Mourão (1962, p.142):

Cada grupo escolar seria constituído de tantas escolas quantas necessárias para que o curso primário fosse ministrado separadamente para cada sexo. O número mínimo para constituir um grupo escolar seria de quatro, caso em poderiam ser mistas. Cada escola deveria ter pelo menos a matrícula de 45 alunos. Se houvesse tais condições, o governo poderia reunir em grupo escolar tais escolas.

Mourão (1962, p.143) afirma que “os grupos escolares teriam um professor para cada classe, o que daria um número mínimo de 8 professores (cadeiras), pois teria 4 turmas masculinas e quatro turmas femininas. Quando o número de professores fosse inferior a oito, o diretor seria um dos professores”.

Em relação à demanda pela criação e até mesmo a instalação dos grupos escolares, os municípios mineiros, após a Reforma de Ensino efetuada no governo de João Pinheiro, no estado de Minas Gerais (1906), que priorizou esse modelo de escola por meio de grupos escolares como ideal para a difusão do método seriado e simultâneo do ensino, o ensino público escolar passou a ter grande procura pela sociedade mineira.:

Para Faria Filho (2000, p. 38),

Em Minas Gerais, em documento oficial de 1908, que expressava os ideais e as realizações mineiras em torno da educação escolar, os grupos escolares são concebidos como expressão arquitetônica, direcionada a um modo político de contemplá-la: Todos os grupos, excetuados dois, funcionam em prédios próprios, adaptados para o fim a que se destinam. Em geral, esses prédios são os melhores das localidades onde estão situados. (MINAS GERAIS. Instrução Pública Primária em Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1908.

Assim como nos outros estados da federação que seguiram São Paulo o primeiro grupo escolar mineiro foi inaugurado em Belo Horizonte (1907), seguido por Juiz de Fora (1908) e Lavras (1909), o que provocou até mesmo uma disputa regional entre os municípios e as suas lideranças políticas pela primazia da instalação dos grupos escolares, que seriam vistos até mesmo com um significado simbólico de prestígio, civilidade e progresso para os municípios que o possuíssem.

A construção dos prédios escolares deveria ser de acordo com o Regimento Interno dos Grupos escolares de 03 de janeiro de 1907, este do governo do Presidente João Pinheiro e seu secretário do Interior Manuel Tomaz de acordo com o decreto n. 1969 de 1907 . O que explica a edificação do Grupo Escolar deverá ser conduzida pelo poder público municipal, geralmente construídos próximos à praça central da cidade, assim como ao lado da Igreja matriz e da Câmara de Vereadores. E que ainda que para a construção do prédio onde funcionaria o grupo escolar, deveria atender aos seguintes critérios, de acordo com Mourão (1962, p.160):

Pelo menos quatro salas de aula, tendo como capacidade 50 alunos. Uma sala para museu e outra para biblioteca, podendo ambas funcionarem em um único salão espaçoso. Saleta de espera, para as visitas. Gabinete para o diretor, com relógio e “toilette” para os professores. Porta Chapéus para os alunos de cada sexo, com cabides numerados. Área coberta para recreio. Jardim principalmente para o recreio das meninas. Uma privada para turma de alunos e outra em separado. Terreno fechado para a horta da escolar. Em todas essas dependências havia a observar a separação completa dos sexos.

A instalação das salas de aula também tinha critérios que deveriam ser obedecidos de acordo Mourão (1962, p. 161), os critérios para instalação das salas de aula eram :

Em cada sala de aula, deveria haver: uma quadro negro de pelo menos quatro metros de comprimento; uma mesa de gaveta sôbre estrado, para o professor; um armário fechado para objetos escolares; uma talha com água potável; tímpano de mesa e cesta para papeis. Além disso, o material de ensino necessário. Na área coberta destinada a cada sexo, deveria haver lavabo com toalha que deveria ser substituída diariamente.

Quando a República Federativa do Brasil completou dezessete anos foi que a educação passou a ter um papel preponderante em Minas Gerais.

Para Araújo (2006, p. 453)

Os grupos escolares em Minas Gerais a partir de 1906 se apresentam como expectativa nutrida pelas estatísticas educacionais, pela análise e pelas críticas que se punham ao período imperial e à própria experiência republicana que já completava 17 anos em relação à instituição da política educacional em apreço.

O Governador João Pinheiro, embasado em críticas ao modelo de educação, nas estatísticas escolares, assim como uma análise da situação escolar brasileira, desde o início do período republicano, faz valer-se de um decreto que institucionaliza os grupos escolares em Minas Gerais.

De acordo com Araújo (2006, p. 452):

A Reforma João Pinheiro promoveu uma alteração de direção da educação primária, implicando, como será visto adiante, em reestruturações, em mecanismos de participação dos municípios através dos edifícios escolares, a dar centralidade à inspeção como a alma da educação escolar, em eleger a arquitetura escolar como expressão simbólica do republicanismo, em privilegiar a reestruturação de programas de ensino, bem como a reencaminhar novas orientações e diretrizes para a metodologia de ensino etc.

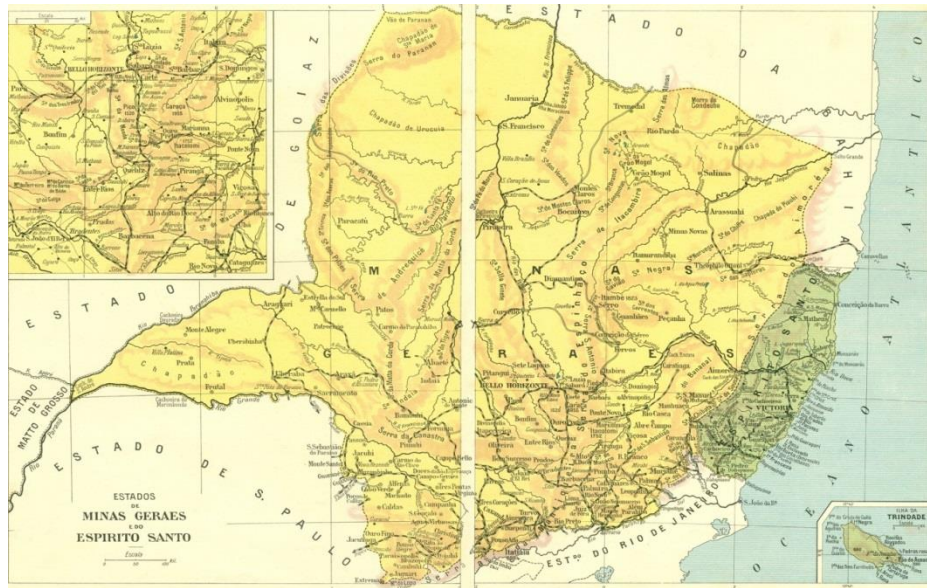
Minas Gerais foi o terceiro estado brasileiro a receber os grupos escolares, é o que afirma Araújo (2007, p. 7): “e os grupos escolares institucionalizados por diferentes estados aqui simplificados, com suas respectivas datas de institucionalização – em São Paulo 1893, Maranhão (1903), Minas Gerias (1906)...”

Araújo (2012, p. 454) aborda os critérios da estruturação da educação mineira. Nos seguintes aspectos de maneira sintética:

a) interação voltada para a coletividade. b) a adesão da municipalidade implicava ônus financeiro c) o concurso da iniciativa privada para enfrentar a ignorância da população, d) os limites assumidos a respeito da formação de professores, uma vez que a lei afirmava a incapacidade destes em atender as demandas que a reforma projetava, e) a definição de que tal reforma era uma necessidade pública: daí o seu caráter de intervenção na redefinição das determinações estruturais e f) a clara explicitação de que a mesma sobreleva-se às outras necessidades públicas.

No ano de 1920 o Estado de Minas Gerais contava com 178 municípios, destes 130 eram cidades e 48 vilas, de acordo com os critérios da época, com uma população de quase seis milhões. Segue Mapa da época.

figura 3 Mapa de Minas Gerais, 1924



Fonte: Minas Gerais, 1924.

2.3 GRUPOS ESCOLARES NO TRIÂNGULO MINEIRO

A ocupação que se deu no Triângulo Mineiro, ao contrario do que ocorreu Estado de Minas Gerais, não foi consequência das atividades de mineração como a parte das “Minas” do Estado de Minas Gerais.

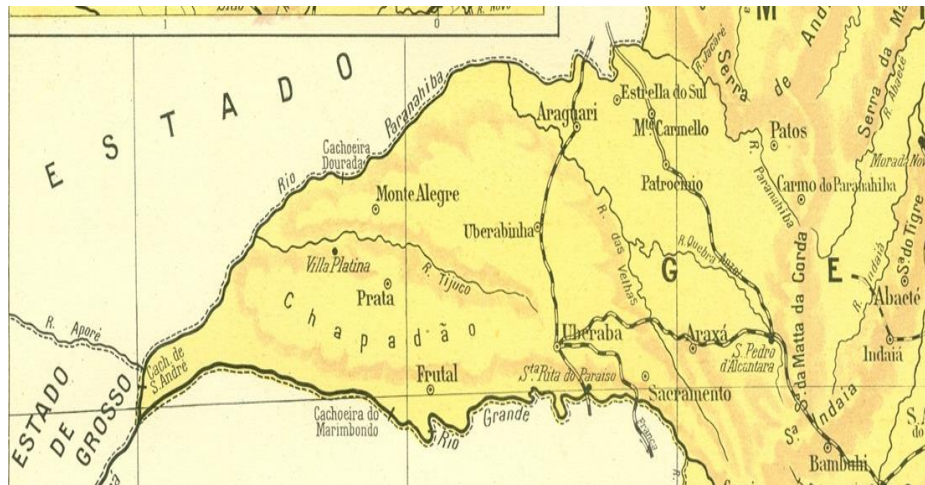
Para isso, é importante notar que os povoados que surgem ao redor dos núcleos de mineração são isolados, ou seja, desenvolvem-se somente nos locais onde se encontra o mineral precioso. Nos Locais onde não havia este mineral, o povoamento foi surgindo de maneira vagarosa e ligados, por exemplo, à pecuária.

De acordo com Isobe (2008 p. 21):

Como região de fronteira que ligava rotas diversas, os povoados, vilas, arraiais e distritos surgem na esteira de um intenso movimento de pessoas – fazendeiros, camponeses, comerciantes – que vendiam produtos para abastecimento de viajantes e compravam o que não conseguiam produzir .

O povoamento do Triangulo Mineiro se faz na segunda condição por não contar com os minerais preciosos Desta forma, nasceu a maioria das cidades do Triângulo Mineiro como Uberaba (1836), Araxá (1831), Ibiá (1923), Rio Paranaíba (1911), deste surge São Gotardo (1915) dentre outros a Região do Triangulo Mineiro De acordo com Araújo: Em 1850 somavam apenas 04 municípios, vinte anos depois eram 09 municípios, em 1888 somavam 12, em 1923 o número de municípios chegava a apenas 21.

Figura 4 Recorte mapa Minas Gerais; Região Triângulo Mineiro



Fonte: Minas Gerais 1924

A ocupação da região do Triângulo Mineiro se firmou também graças ao seu desenvolvimento ferroviário num período que vai do final do século XIX às primeiras décadas do século XX.

De acordo com Araújo (2012, p. 33):

Esse novo pulsar do capitalismo regional – movido pelas ferrovias, pela crescente urbanização sob variados aspectos, pela disseminação da imprensa local, pelo comércio, pela economia agrícola – assentada, entre outros produtos na produção de arroz, de mandioca, de carne, bem como na fabricação de farinha de mandioca – promoverá um novo alento à escolarização, conferindo-lhe uma impulsão ímpar até então: primeiramente através dos grupos escolares e, associadamente, através da disseminação das escolas normais nos anos de 1920 e de 1930. (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p.33).

Em 1920, a região do Triângulo Mineiro era composta por 14 municípios e 28 distritos que, de acordo com Isobe (2008, p. 7):

Distribuídos em uma área de 94.000 quilômetros quadrados, o que corresponde a 16% da extensão territorial do Estado cuja área compreende 586.528 quilômetros quadrados. A população mineira recenseada era constituída por 5.888.174 habitantes, dos quais 380.187 pertenciam ao Triângulo Mineiro, ou seja, a região concentrava 6,4% da população do Estado.

A criação dos grupos escolares no Triângulo Mineiro acontece somente no final da década de 1900. Araújo descreve que no município do Prata foi criado o primeiro Grupo Escolar do Triângulo Mineiro, em oito de julho de 1908 e teve sua instalação dois meses e vinte dias após. O segundo Grupo escolar foi criado em Araguari no dia sete de abril de 1909 e sua instalação se deu cinco meses mais tarde.

Após foi inaugurado o Grupo Escolar de Ituiutaba, em vinte e dois de dezembro 1908 e instalado somente um ano e um mês após sua criação. Já o Grupo Escolar de Uberaba foi

criado no dia vinte e nove de julho de 1909 e instalado em dois meses e quatro dias após (sendo que em Uberaba sua criação se deu após o GE de Ituiutaba, porém com instalação anterior).

Ainda de acordo com Araújo (2012, p. 35):

Tomando-se como parâmetro a data da criação – um ato de caráter legislativo-dos diferentes grupos escolares, são criados 21 entre 1908 e 1932, sendo 14 os municípios existentes anteriormente à Reforma João Pinheiro de 1906. [...] Afinal rezava a Lei de nº 439 de 28 de setembro de 1906, no início do Governo João Pinheiro, que seriam feitos ‘os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos da população’.

Já a criação do Grupo escolar Afonso Pena Junior, que é o foco da pesquisa deste trabalho, tem como data de criação sendo o dia primeiro de abril de 1913, em São Gotardo e se deu quando este ainda era distrito do município de Rio Paranaíba. São Gotardo foi municipalizado no ano de 1915. O Grupo Escolar “Afonso Penna Junior” situava-se na Praça São Sebastião, onde se localizavam o Prédio da Câmara Municipal, a Cadeia e no centro da Praça a Igreja Matriz.

Havia uma diversidade estilística de construções ali presentes, com destaque para a Câmara Municipal, em estilo Art Déco (expressão de origem francesa para se referir ao estilo de construção com origem na Europa no começo do século XX), e o Grupo Escolar, em estilo Neoclássico. Verificava-se, na ocorrência de renovação urbana na praça em questão, pela sua importância como centro da cidade. Atualmente já não é mais possível serem apreciados, pois os locais já são ocupados por construções de novos pavimentos nos locais das edificações existentes. O Grupo Escolar, naquela época, localizava-se na mesma praça que hoje se assenta a Escola Estadual, porém em um outro lote.

A instalação do grupo escolar Afonso Pena Junior se dá somente seis anos, dez meses e vinte e três dias após a sua criação, ou seja, neste momento já no município de São Gotardo, que fora emancipado no dia trinta de setembro de 1915.

Na parte mais antiga da cidade de São Gotardo encontram-se: a Praça de “São Sebastião”, padroeiro da cidade, foi portanto construído o Grupo Escolar que hoje recebe o nome de Escola Estadual Afonso Pena, em novo prédio porém ainda na mesma praça.

3 A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA JUNIOR

Neste capítulo busca-se caracterizar o povoamento, a criação e a emancipação do município de São Gotardo/MG; assim como apresentar historicamente a educação do município, seu desenvolvimento e os dez primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Afonso Pena Junior ou seja de seu primeiro de funcionamento, ou seja, de 1921 até o início da década de 1930; período em que a educação no Brasil passou por relevantes transformações.

Para uma melhor compreensão dos primórdios, tanto do município de São Gotardo quanto da história da educação da cidade, buscou-se nos memorialistas do município de São Gotardo, em especial José Gonçalves Ferreira, conhecido como Juquinha Carneiro; autor do livro “*História de São Gotardo*” (1976). É conveniente informar, ainda, que este foi o redator do primeiro jornal de São Gotardo, um semanário que circulava na década de 1920 e que se chamava “São Gothado”, de formato de 40X30. E também José Pessoa, médico memorialista e autor de dois livros *São Gotardo Sua Gente, Sua Evolução* (2000) e *Raízes de São Gotardo* (2001) que relatam os primórdios da história do município.

3.1 BREVE HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG

Para se compreender a criação do Grupo Escolar Afonso Pena Junior faz-se necessário em um primeiro momento relatar o processo histórico de ocupação da região em que se encontra o município de São Gotardo assim como da criação deste município.

O chapadão denominado Mata da Corda, teve a princípio sua ocupação, que foi anterior à fundação do primitivo arraia possivelmente após o dia 01/08/1837. O que certamente aconteceu devido as expedições que penetravam o sertão, buscando fiscalizar a cata do ouro e o comércio de pedras preciosas; assim povoando os lugares por onde passavam, construindo fazendas, fundando povoados, erguendo capelas, ganhando mundo.

De acordo com Jose Goncalves Ferreira (1976, p. 23),

O chapadão que se denomina Mata da Corda, tendo como pórtico voltado para o nascente, o perfil paisagístico da Serra da Saudade, constitui um platô que se estende das nascentes dos rios Indaiá e Borrachudo, formando um arco geométrico ligeiramente voltado para o poente, de cerca de 20 léguas de comprimento e 6 a 8 de largura, terminando nos municípios de Patos de Minas e Presidente Olegário.

Os primeiros habitantes da região da Mata da Corda e áreas próximas, local onde está localizado o município de São Gotardo; vieram na época das expedições que penetravam o interior do Brasil como nos sertões de Minas Gerais, surgindo assim novos povoados e vilas.

No início do século XIX, por coincidência, os desbravadores que chegaram a esta região eram da cidade de Pitangui, onde as minas já estavam extintas; vieram em busca de diamantes e de terras de cultura. Os dois chegantes nesta região foram Antônio Valadares, que se estabeleceu próximo ao *Córrego Confusão* e Domingos Pereira que ocupou uma região que viria a ser chamada de *Campos do Domingos Pereira*.

De Acordo com Jose Pessoa (2001, p. 80):

Deu-se pela mineração de mineradores do ouro vindos de Pitangui e municípios vizinhos, após a decadência da mineração do ouro naquelas comunas. Esses migrantes, atravessando o rio Indaiá penetraram pela região dos Campos Domingos Pereira.

Ao que tudo indica, São Gotardo surgiu do ciclo da agropecuária, atividade subsidiária das minerações. As minerações atraíam os garimpeiros e, paralelamente, nas periferias das zonas de mineração, foram sendo construídos núcleos de criação de gado, que permaneciam após a saída dos garimpeiros, quando as minerações se esgotavam. As atividades agropecuárias foram fatores econômicos importantes para a fixação das populações não mineradoras.

O nome dado ao córrego como Confusão, de acordo com Ferreira (1976, p.29) possuiu duas versões:

Uma explicação não muito esclarecedora que afirma que numa das buscas pela região os desbravadores teriam se confundido com a direção a seguir, após atravessarem o rio Indaiá, chegaram na verdade onde se encontrava a Guarda Imperial Guarda dos Ferreiros, uma distância mais ou menos 15 km do ponto onde estava a fazenda Valares. E como no local onde hoje está localizado o Distrito de Guarda dos Ferreiros encontra-se a nascente do córrego ao qual se deu o nome de confusão e que este nome seria dado ao primitivo povoado.

A outra explicação é que em 1821, quando esta região era uma extensa faixa da mata da Corda, pertencia à Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Indaiá, e o fazendeiro Domingos Pereira ao ser interrogado sobre as terras por época de uma justificação das mesmas disse que era proprietário e morador na fazenda Confusam.

Fato marcante para o município de São Gotardo aconteceu em 1836, quando vindo da região de Carrancas Sul de Minas, Joaquim Gotardo de Lima e Leonel Pires de Camargos juntamente com seus familiares, seguindo roteiros não muito certos e até duvidosos e após

uma longa e árdua jornada, chegaram ao sopé de uma colina à margem da Mata da Corda a Oeste do Triângulo Mineiro, vem residir no lugar onde está a cidade.

De Acordo com Pessoa (2000, p. 40):

Em 1836, provenientes do Arraial de Carrancas, Joaquim Gotardo de Lima e Leonel Pires de Camargos, vem residir no lugar onde está a cidade de São Gotardo, nos terrenos de Antônio Valadares. Um núcleo populacional cresceu em torno da propriedade de Gotardo e passou a ser chamado de Arraial da Confusão.

E ainda de acordo com Ferreira (1976, p. 27):

Aí permanecendo, construíram sua fazenda, estas construídas nas terras posseadas por Antônio Valares, que em tempos anteriores veio fixar-se às margens do córrego que viria a ser denominado como “Confusão”, diga-se de passagem, que no principio as benfeitorias eram cobertas com folhas de “ouricanga”, um tipo de palmeira que existia nestas proximidades. Atraído a principio pelas noticias que circulavam à época sobre a fertilidade das terras e riquezas naturais da região, Gotardo, dotando de corajosa ação desbravadora viajou às terras imbuído da vontade de conquistar estas terras assim como seus objetivos.

Este é um momento marcante, pois após a construção das benfeitorias realizadas por Gotardo e seus familiares, podia se verificar que a população local foi se fixando ao redor de sua propriedade.

De acordo com Ferreira (1976, p. 28)

Foi aumentando de maneira vertiginosa e que logo nestas proximidades se formou um núcleo populacional volumoso graças aos “forasteiros” que ali se fixavam, e passou a ser chamado de Arraial da Confusão. Joaquim Gotardo foi adquirindo prestígio nesta região, e em 1º de agosto de 1837 foi Inspetor Interino de Quarteirão. Tendo tomado posse em sua investidura perante às autoridades competentes do vizinho arraial de Santo Antônio dos Tiros. E depois foi renomeado como capitão Joaquim Gotardo de Lima.

Joaquim Gotardo de Lima foi o pioneiro da formação do Arraial e o precursor de uma campanha até mesmo patriótica, que viria a ser a fundação das bases da povoação, do local onde hoje está a cidade de São Gotardo.

Esta localidade passou a ser chamada em maio de 1852, de acordo com a lei provincial de São Sebastião do Pouso Alegre, sendo este portanto o primeiro nome oficial de São Gotardo, e foi elevada à categoria de Distrito, fazendo parte do município de Pitangui MG.

E ainda de acordo com Pessoa (2000, p. 40):

Que este território pertencia ao bispado de Pernambuco (província de Pernambuco). E em 1855, passou ao bispado de Marina MG. Em 1862 elevado à paróquia de São Sebastião sendo desmembrada da paróquia de Santo Antônio de Tiros. Em 1864 começou a ser construída a primeira Igreja do Arraial.

A vila de São Sebastião de Pouso Alegre, em 27 de agosto de 1885 passou a ser chamada de Vila de São Gotardo em memória à Joaquim Gotardo de Lima, considerado como sendo o fundador da cidade. Este nome foi reconhecido e declarado na lei n. 3.300 de 27 de Agosto de 1885, que foi patrocinada pelo deputado provincial muito influente padre Miguel Kerdole Dias Maciel e também vigário da localidade à época era além de líder religioso, seu nome estava entre os mais influentes no cenário regional, que conhecedor da história local e da influência de Joaquim Gotardo e também devoto do santo alemão de nome São Gotardo elaborou um projeto lei diante a assembleia legislativa provincial mineira e homenageou a ambos o seu santo de devoção e o fundador deste povoamento.

De acordo com Pessoa (2001, p. 151):

Padre Kerdole Dias Maciel, que permaneceu à frente da paróquia de Santo Antônio dos Tiros, que era lugar predileto de sua residência. Gozava de um bom prestígio na região, pelas suas qualidades pessoais e cultura.

Assim que elegeu deputado provincial, sendo autor do projeto que se converteu na lei 3300 de 23 de agosto de 1885, dando nome de São Gotardo ao lugar, como homenagem ao seu fundador, em substituição ao de São Sebastião do Pouso Alegre.

Mesmo tendo encontrado relatos históricos sobre a motivação da escolha do nome São Gotardo, não é possível, portanto apontar a real origem desta motivação.

Ainda de acordo com Ribeiro (2015, p. 18):

Somente com a lei n. 3.300, de 27 de agosto de 1885, que alterou a nomenclatura da então Freguesia da Confusão para Freguesia de São Gotardo, pertencente ao temo de Abaeté, é que o nome passou a ser consolidado. Embora hajam relatos históricos sobre a motivação para a escolha do nome São Gotardo, como sendo uma homenagem a um de seus pioneiros, Joaquim Gotardo.

Pelo decreto n. 284 de 11 de dezembro de 1890, o distrito de São Gotardo foi transferido do município de Abaeté para o município de Carmo do Paranaíba.

É o que descreve Ribeiro (2015 p. 18):

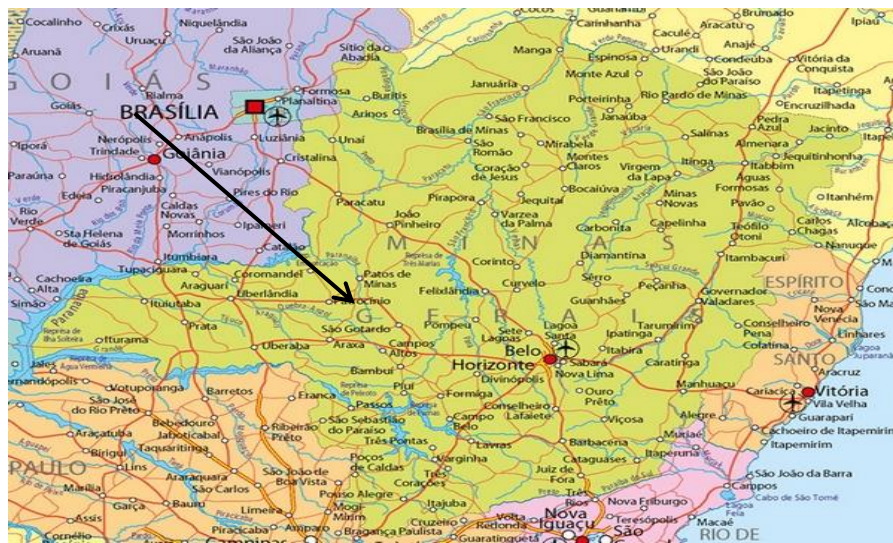
Em 1890, o decreto n. 284, de 11 de dezembro de 1890, transferiu o já Distrito de São Gotardo do município de Abaeté para o de Carmo do Paranaíba. Assim permaneceu até 1911, quando a lei, de 30 de agosto, transferiu a vila de São Gotardo para a jurisdição de recém-emancipado município de Rio Paranaíba.

Com isso, no ano de 1911, com a criação do município de Rio Paranaíba, pela lei n. 556, de 30 de agosto de 1911 e este sendo instalado no ano de 1912, com sede em São Francisco das Chagas houve um redimensionamento da região e o distrito de São Gotardo passou a ser distrito integrante ao município do Rio Paranaíba.

O povoado primitivo de São Gotardo foi construído no maciço da colina, terminando pelo norte, no córrego Confusão e pelo sul, esbatendo-se no ponto alto, onde existia uma capela erguida em homenagem à São Geraldo, por motivo de graças alcançadas.

São Gotardo situa-se na parte oeste de Minas Gerais, na Zona do Alto Paranaíba, integrando-se na microrregião da Mata da Corda. Sua área territorial é de 853 KM². Atualmente, o município de São Gotardo possui três distritos: Funchal (Gordura), Guarda dos Ferreiros e São Jose da Bela Vista (Cerca Velha).

Figura 05 - Mapa político atual de Minas Gerais



Fonte: Portal Brasil: Brasil-Minas Gerais

Tendo pertencido inicialmente ao município de Pitangui, depois Abaeté a Vila de São Gotardo passou deste para o município de São Francisco das Chagas do Campo Grande, Rio Paranaíba depois para Carmo do Paranaíba.

Com a transferência da sede do antigo município do Rio Paranaíba para o então distrito de São Gotardo. Este se deve ao fato de que dos sete vereadores eleitos, três eram de São Gotardo. E ao mesmo tempo veio a Câmara Municipal, eleita em 1912, e como seu presidente Cel. Frederico Coelho; com isso os vereadores se reuniam em São Gotardo mesmo antes de sua emancipação municipal.

Fato este relevante, pois não se trata de uma emancipação municipal de um distrito, mas da transferência da sede do município de São Francisco das Chagas (Rio Paranaíba) para São Sebastião do Pouso Alegre (São Gotardo). Acontecimento que causou muita insatisfação aos moradores de Rio Paranaíba, que acabara voltando a ser distrito e assim permaneceu até sua nova emancipação em 1923.

E o que nos apresenta Ferreira (1976, p. 48):

O governo do Estado exigiu como condição, para a transferência da sede do município, fossem construídos dois prédios públicos – o do fórum e cadeia e o do Grupo Escolar (o primitivo). Eis o motivo por que medeia o prazo de um ano entre a concessão da transferência e a data da respectiva posse. O Estado custeou as despesas da construção do grupo. O povo concorreu com as despesas da cadeia...

Para estas construções foi encontrado um novo problema; pois era exigido que as mesmas fossem feitas com tijolos e até aquele momento não havia no local nenhuma casa assim e muito menos fábrica de tijolos. Então, a missão passou a ser encontrar argila para fabricar os tijolos.

De acordo com Ferreira (1976, p. 49):

Para a procura e experiência desta matéria prima constitui-se uma comissão. Encontrado e experimentado o barro próprio, na fazenda Córrego do Retiro, a três quilômetros da localidade, foi aí instalada a primeira olaria que forneceu tijolos à altura das necessidades.

Com isso tem se o início de uma nova história social, cultural, política e principalmente na área da educação deste município a partir das construções dos imponentes prédios da cadeia pública e do grupo escolar.

3.2 BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO GOTARDO/MG

Em consonância com o histórico relatado acima, convém apresentar uma breve história da educação nesta região, em especial no município de São Gotardo, para se entender a criação do Grupo Escolar Afonso Pena. O ensino em São Gotardo teve início no ano de 1885, quando o professor João Jacob veio transferido da cidade de Abadia do Pitangui.

De acordo com Ferreira (1976, p. 67):

Conforme constatamos, a primeira escola primária pública que funcionou no arraial de São Sebastião do Pouso Alegre, ou “Confusão” (nome vulgar dado ao local, devido a uma confusão dos desbravadores quanto a sua direção de localização na época) foi regida pelo professor João Jacob, numa época em que o professor era chamado de mestre-escola, nos anos de 1885 a 1888, vindo transferido de Abadia de Pitangui, sendo que antes as primeiras letras aqui apenas eram ensinadas por meio de escolas particulares. Onde os fazendeiros querendo que seus filhos aprendessem a assinar o próprio nome e a ler as cartas, contratavam pessoas, para lecionar em suas fazendas.

Neste período o professor público era chamado de mestre-escola e ficava por um período curto, muitas vezes devido à precariedade de recursos para o bom funcionamento do ensino.

De acordo com Ferreira (1976, p. 67):

Após o professor João Jacob, tivemos seus sucessores nesta ordem, os professores Bernardo de Tal, vindo de Canta Galo e Manoel Gonçalves de Amorim. E ainda de 1888 a 1889, foi o professor Francisco Rodrigues Moreira, que incorporou ao ensino local os festejos cívicos. E que após ser transferido para o distrito de Veríssimo no município de Uberaba morreu com o veneno após ser picado por uma cobra.

Entre os anos 1892 a 1896, não houve professor público atuando em São Gotardo.

De acordo com Ferreira (1976, p. 68):

Em 1896. Foi transferido para o arraial de São Sebastião do Pouso Alegre, vindo de São Francisco de Sales, o professor Jose Nunes de Oliveira, do município de Pitangui MG que lecionou até o ano de 1908. Que foi sucedido pela professora Luiza de Oliveira Faria que lecionara até 1911, quando foi transferida para a cidade de Araxá.

Do ano de 1911 até 1913, ano em que houve o projeto de criação do Grupo Escolar Afonso Pena Junior. Vale ressaltar que 1913 foi ano de criação do Grupo Escolar, mas este só veio a funcionar de fato no ano de 1920. A professora Maria Coelho Duarte, ficou responsável pela educação e provocou o real aproveitamento aos escolares. De acordo com Ferreira (1976, p. 68), “outra professora dedicada regeu a classe até 1913, Maria Coelho Duarte; era entusiasta, proporcionando real aproveitamento aos escolares”.

No ano de 1914, pela primeira vez, um filho da terra, um sangotardense, ocupou a cadeira de ensino deste município e também o ensino passou a acontecer em salas separadas para os meninos e as meninas.

Segundo Ferreira (1976, p. 68):

A cadeira foi pela primeira vez ocupada por um sangotardense Vigilato Brasileiro, e que nesta época aconteceu o desdobramento das classes uma para cada sexo, uma vez que até então era mista, e que pelo decreto de nº 3.887 de 29 de abril de 1913, foi considerada do sexo feminino e a escola mista de acordo com o decreto deste ano, foi transferida para a segunda escola do sexo masculino de Cataguases para São Gotardo. Surgindo as classes separadas por sexo.

Portanto este modelo educacional funcionou até 1917, quando a professora Dona Maria Fonte Boa, passou a lecionar para as meninas, de acordo com Ferreira (1976, p. 68):

Passou a ocupar a cadeira do sexo feminino, a professora D. Maria Fonte Boa que assim funcionou até 1917. Quando Vigilato Brasileiro abandonava a atividade de professor, e que para seu lugar foi designado em 1918 para professor da vila, o cidadão chamado “Mestre Felipe” (já em idade avançada e de pouca “cultura”) para exercer o cargo com eficiência. Não conseguia impor nem ao menos disciplina, nas aulas, acontecia que de vez em quando os alunos até chicoteá-lo em brincadeiras.

Além dessa curiosa ocorrência sobre a relação do mestre com os alunos, outro fato marcante foi à construção do grupo já ter sido concluída, embora não estivesse em funcionamento.

3.3 INSTITUIÇÃO E CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA

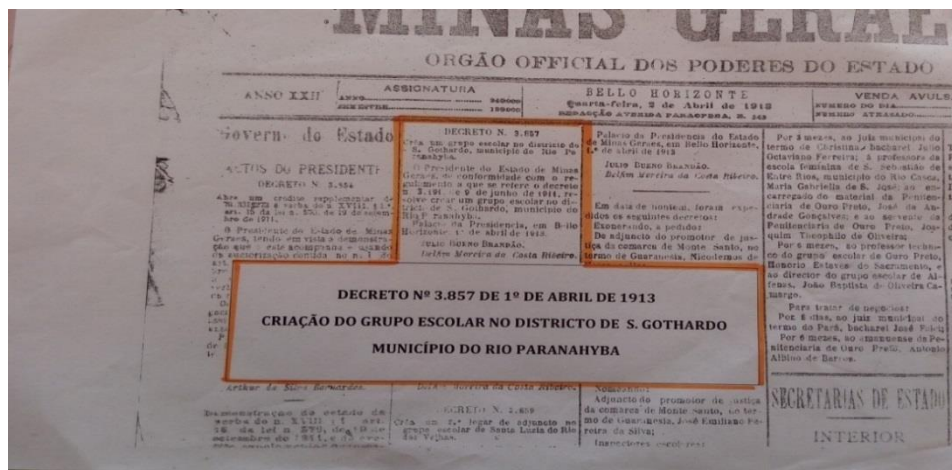
Neste capítulo apresenta-se a história do Grupo Escolar Afonso Pena, desde sua criação em 1913 até os anos de 1930, justificando-se esse recorte temporal por ser quando o prédio foi transferido para um novo edifício e por ser um período em que o ensino no Brasil sofreu diversas modificações com a criação do Ministério da Educação no governo Vargas.

A era do Grupo Escolar em São Gotardo começa em 1913. Ferreira (1976, p. 68) faz a seguinte apresentação:

Chegou a era do Grupo Escolar, que foi criado pelo decreto 3.557 de 1 de abril de 1913, quando São Gotardo pertencia ao município de Rio Paranaíba. Relativamente à instalação do Grupo, que teve o nome de Grupo Escolar Afonso pena Júnior, existe algo de pitoresco. É que o respectivo prédio já concluído em 1916, decorridos três anos, somente teve sua instalação após esse tempo, antes já levando reparos na estrutura.

O Grupo Escolar Afonso Pena foi criado pelo decreto nº 3.857, de 1º de abril de 1913, no governo de Júlio Bueno Brandão, quando São Gotardo era distrito do município de Rio Paranaíba. O grupo recebeu o nome de Grupo Escolar Afonso Pena Junior, em homenagem ao mesmo que, como Secretário do Interior na época, patrocinou perante o Governo de Estado a criação do grupo e também a construção do respectivo prédio, com 04 salas e um salão para auditório, localizado na Praça São Sebastião, nº 162.

Figura 06 Decreto de Criação do grupo Escolar Afonso Pena Junior-



Fonte: arquivo da escola Jornal da época do decreto de criação do grupo Afonso Pena.

Figura 07 Foto Affonso Pena Junior



Fonte: Arquivo Escola.

Criar um Grupo Escolar, nas primeiras décadas do século XX era um desafio, uma tarefa de certa forma arrojada, atitude de pessoas corajosas como Cel. Frederico Coelho e João Fonte Boa entre outros influentes locais, cuja preocupação, era colocar sua força de trabalho na eficácia de uma missão.

A história de uma escola é como a história de uma nação. Ela se faz e se escreve com pessoas de atitudes. A história de uma escola se escreve com o esforço de pessoas que por ela passam.

Quando o Grupo Escolar Afonso Pena foi criado não existia a figura do prefeito e o poder executivo era exercido pelo Presidente da Câmara. Quando a legislatura foi transferida do Rio Paranaíba para São Gotardo em 1915 tinha a seguinte formação: Cel Frederico Coelho como presidente (1915-1917) e Cassiano Cyrillo dos Reis, Diogênes Antônio Ribeiro, João Fonte Boa, Olegário Resende, Olímpio do Couto e Pedro Bougleux.

De acordo com Ferreira (1976, p. 48):

Foi contratado o construtor Anacleto Romagnoli, residente em Cláudio, para fazer a construção, o qual trouxe toda a equipe de operários para os diversos setores de serviços. Antes porem surgiu um problema aparente de solução difícil, mas depois resolvido satisfatoriamente. Tratava-se do principal material de construção, o tijolo, que não havia em São Gotardo, onde, na época, não havia casa alguma construída de tijolos.

Figura 08- Construção do grupo escolar Afonso Pena



Fonte: arquivo público mineiro. “esta photographia representa exactamente o prédio destinado ao grupo escolar situado na parte ocidental do largo da matriz desta villa. são gothardo, 26 de julho de 1915. Venâncio José de Castro, fotografia construção gruop escolar Afonso Pena São Gotardo. faz parte do acervo iconográfico do acervo publico mineiro.”

A obra de construção foi concluída no ano de 1916, mas devido a problemas em suas estruturas e também às questões políticas divergentes entre os líderes políticos Cel. Frederico Coelho e Antônio Lopes Fonte Boa, a escola só foi inaugurada em 24/02/1920.

De acordo com Ferreira (1976, p. 69):

O motivo de haver sido retardada a inauguração originou-se de desentendimento de ordem administrativa e política, entre os líderes políticos locais, Frederico Coelho Duarte e Antônio Lopes Fonte Boa. Dois fortes trabalhadores na evolução de São Gotardo nos setores: instrução, lavoura bem orientada, planta urbanística da futura cidade e em tudo que se relacionasse com os melhoramentos do município.

Vários foram os motivos que marcaram o atraso da inauguração do Grupo Escolar Afonso Pena mesmo depois de sua construção já finalizada.

De acordo com Zaccur (2017, p. 71):

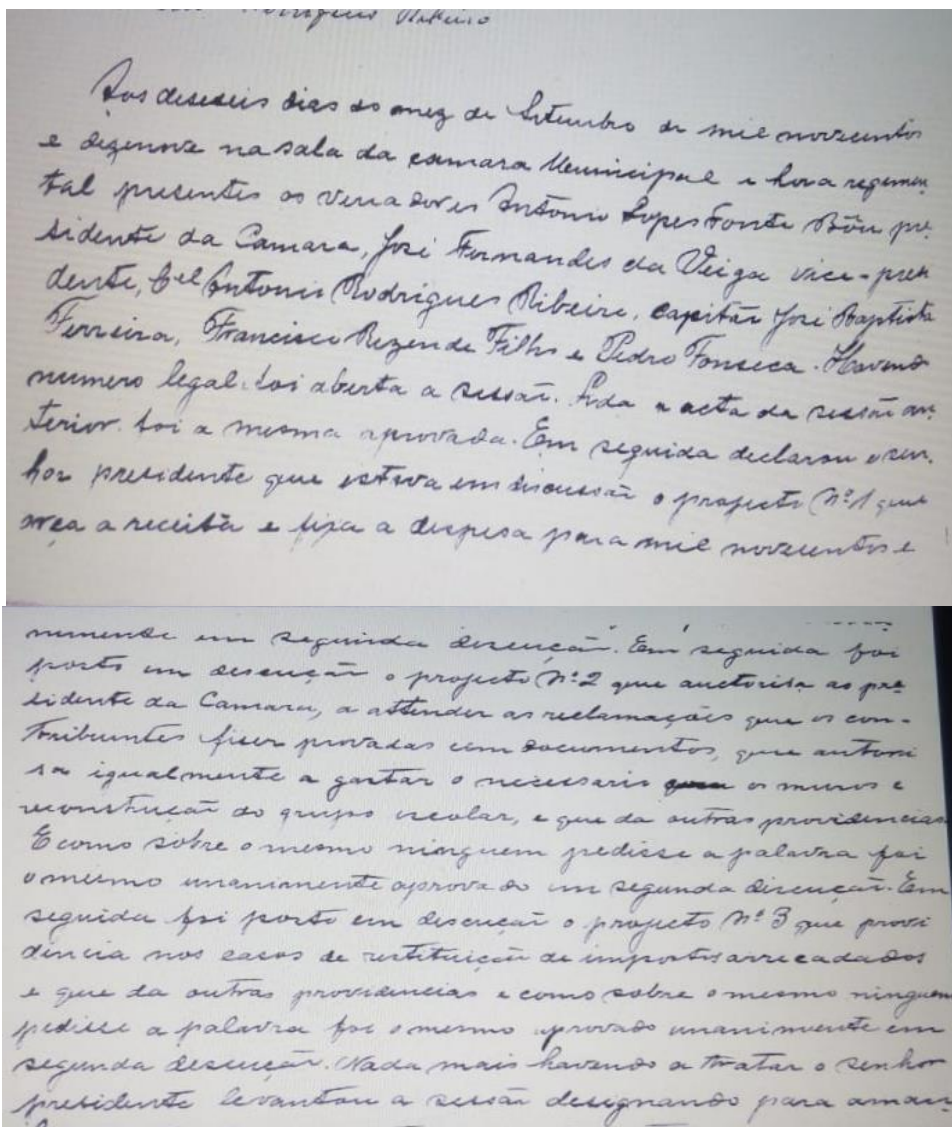
Entre os motivos que poderiam ter provocado o atraso na inauguração do grupo, poderiam estar: a qualidade da obra do grupo que, antes de ser inaugurada, já exigia reparos; a falta de recursos para a compra de mobiliário e materiais escolares; e a disputa em torno da indicação de nomes para compor o quadro docente.

Sem citar data específica o memorialista de São Gotardo José Gonçalves Ferreira descreve um destes imbróglis numa reunião da Câmara de Vereadores. Conforme Ferreira (1976, p. 69)

Certa vez, reuniu-se a Câmara Municipal em sessão extraordinária. Frederico Coelho, como presidente, expondo uma série de considerações referentes à sua gestão, como Agente Executivo, resolveu transferir seus poderes ao substituto legal Antônio Lopes Fonte Boa. Neste propósito teve por objetivo o apaziguamento político no ânimo da população. Resultou daí um diálogo acalorado e áspero entre os dois que, a partir daquele momento, abalaram-se-lhes as relações de amizade e nunca mais se reconciliaram.

Uma vez concluída a obra do prédio destinado ao Grupo Escolar, a Câmara de Vereadores de São Gotardo se reuniu no dia 16 de setembro de 1919, entre outros o assunto de nº 2 entrou em discussão, sobre uma autorização de gastar o valor necessário para a construção do muro do grupo escolar e ainda com reparos.

Figura 09 - Recortes da Ata de reunião dos vereadores do dia 16 de setembro de 1919.

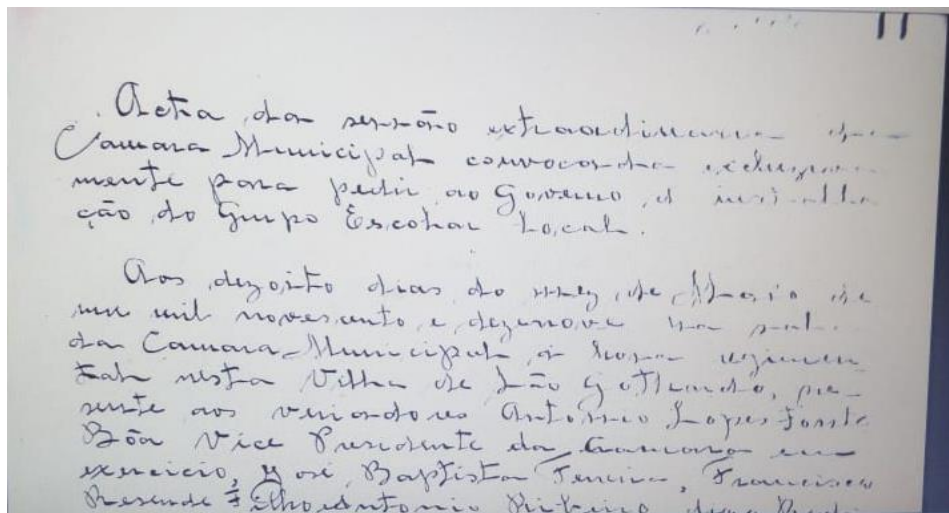


Transcrevo aqui o texto relevante das ata acima:

Aos dezesseis dias do mez de Setembro de mil novecentos e dezenove na sala da câmara municipal e hora regimental presentes os vereadores Antônio Lopes Fonte Boa, presidente da câmara, Jose Fernandes da Veiga vice-presidente, Cel Antônio Rodrigues Ribeiro, capitão José Baptista Ferreira, Francisco Resende Filho e Pedro Fonseca. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão anterior foi aprovada. Em seguida declarou senhor presidente que estava em discussão o projeto (nº 1 que...) Em seguida foi posta em discussão o projeto nº 2 que autoriza o presidente da câmara, a atender a reclamação que contribuintes fizer ... com documentos, que autoriza igualmente a gastar o necessário com os muros e reconstrução do grupo escolar, e que dá outras providências.

No dia 18 de maio de 1919 a Câmara de Vereadores realiza uma reunião extraordinária, a fim de cobrar do então governador do estado de Minas Gerais, o senhor Arthur Bernardes, bem como do secretário do interior, a instalação do Grupo Escolar na então Vila de São Gotardo; alegando estar concluída a obra do prédio, como também o estado de abandono em que se encontrava a educação primária da vila até aquele momento.

Figura 10 – Ata reunião Vereadores pedindo a inauguração do Grupo Escolar Afonso Pena:



Fonte: Arquivo Câmara de Vereadores de São Gotardo- MG.

Transcrevo novamente a ata desta reunião:

Ata da sessão extraordinária da câmara municipal, convocada exclusivamente para pedir ao governador, a instalação do Grupo Escolar Local.

Aos dezoito dias do mez de agosto de um mil novecentos e dezenove, na sala da câmara municipal...nesta Villa de São Gotardo, presentes o vereadores Antônio Lopes

Fonte Boa, vice-presidente da câmara em exercício, José baptista Ferreira, Francisco Resende

Depois da interferência dos administradores de São Gotardo no que diz respeito ao Grupo Escolar Afonso Pena, foi marcada então sua inauguração, de acordo com Ferreira (1976, p. 69):

Foram envidados esforços por parte da nova administração municipal no sentido de ser apressada a instalação do Grupo Escolar. Afinal, por decreto do presidente de Estado, foi marcado o dia 24 de fevereiro de 1920, para a inauguração que o povo esperava. Foi um dia feliz para os sangotardenses, que assim realizavam o desejo de possuir a instalação para seus filhos, moldada no ensino organizado.

Um dia antes da inauguração, no dia 23 de fevereiro de 1920 aconteceu uma reunião na sala principal do Grupo Escolar Afonso Pena que deu posse ao seu primeiro diretor, o professor Antônio Nelson de Moura. De acordo com Pessoa (1970, p. 70) que escreve citando a existência de um livro *Termos de Exercícios*. Ressalta-se que este livro não fora encontrado na Secretária Municipal de Educação em São Gotardo, marcando o início das atividades em 1920, quando São Gotardo ainda era chamada de Villa de São Gothardo. Abaixo mencionado citado por Pessoa (2000, p. 136), cita como sendo o mais antigo.

Pessoa (2000, p. 136):

Existe nos arquivos da Secretaria municipal de Educação um Livro de “Termos de Exercícios”, marcando o início das atividades em 1920, quando São Gotardo ainda era chamado de Villa de São Gothardo. Abaixo transcrevo este termo que é o mais antigo do livro de exercício: Eis os termos de exercício mais antigo no citado livro de registro: “Termo de exercício”.

Aos vinte e três dias do mez de fevereiro de 1920 nesta villa de São Gothardo, Estado de Minas Geraes, na sala principal do Grupo Escolar “Conselheiro Affonso Pena Junior, presentes os inspetores regionais e municipal, Alberto da Costa Matos, e Antônio Lopes Fonte Boa, o Exmo Sr. Dr. João Luciano Pereira da Silva, compareceu o snr. Professor Antônio Nelson de Moura, nomeado diretor desse estabelecimento, nomeado diretor desse estabelecimento por ato de 8 de janeiro de 29 do mesmo mez, assumiu o exercício do referido cargo...

A solenidade de inauguração foi presidida pelo Inspetor Regional de Ensino, professor Alberto Costa Matos. Houve alvorada com banda de música e queima de fogos. O prédio fora, também, abençoado pelo Padre José G. Remédio.

No dia 24/02/1920, quando o governador de Minas Gerais era Wenceslau Braz, foi realizada a inauguração do Grupo Escolar, que continha quatro salas e um salão para auditório. Dentre as festividades aconteceram celebração da missa; inauguração do parque infantil Cinderela; conagraçamento das quatro escolas da cidade no pátio interno com músicas, declamações, discursos referentes ao acontecimento.

De acordo com Ferreira (1976, p. 69):

Ao meio dia, realizou-se a inauguração no salão do auditório, com numerosa assistência pública. Ao abrir a sessão solenidade, Cel. Alberto da Costa Matos, ilustre Inspetor Regional de Ensino, depois de ponderada brilhante alocução, disse que em nome do Governo de Minas Gerais, declarava instalado o Grupo Escolar de São Gotardo que recebia a denominação de “Grupo Escolar Affonso Penna Junior” Em seguida convidou o diretor do Grupo, professor Antônio Nelson de Moura, professor José Gonçalves Ferreira substituindo o professor Joaquim Pinheiro da Costa ausente, a professora Beraldina Nunes Bicalho e a normalista Amália Gontijo, substituindo a efetiva Galdina Costa, ausente para tomarem seus assentos à mesa. Foram convidados ainda para este fim, o Cel. Antônio Lopes Fonte Boa, presidente da Câmara Municipal, Cincinato Sampaio, Rodolfo Argolo, padre José G. Remédio e Manoel Pinheiro Costa.

Inauguração do grupo Escolar Afonso Pena:

Figura 11 - Inauguração do Grupo Escolar Afonso Pena.



Fonte: Arquivo da Escola

Ainda de acordo com Pessoa (2000, p.137), cita novamente o livro *Termos de Exercícios*, que se encontrava na Secretaria Municipal de Educação, afirma que no dia 24 de fevereiro de 1920 também foi empossado como professor deste grupo o dentista José Gonçalves Ferreira. De acordo com Pessoa (2000, p.137):

Termo de posse:

Aos 24 dias do mez de fevereiro de 1920 nesta villa de São Gothardo, Estado de Minas Geraes, presente o Sr. José Gonçalves Ferreira cirurgião dentista, no edifício do Grupo Escolar Affonso Pena Junior, perante mim tomou posse e entrou em exercício do cargo de professor desse estabelecimento em substituição ao effectivo, normalista Joaquim Pinheiro Costa que ainda não veio assumir o seu exercício sendo

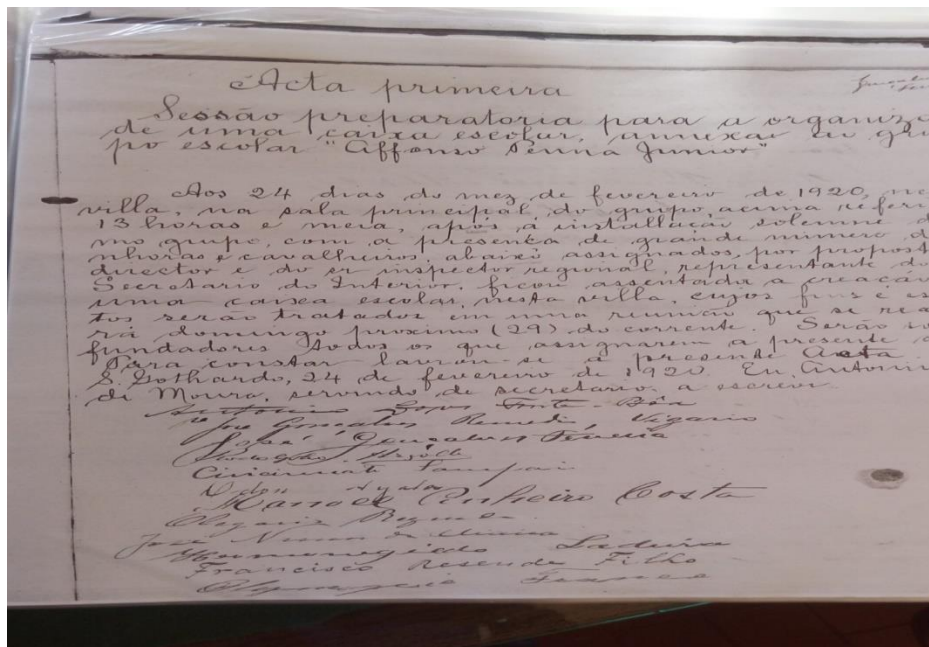
aquele por mim contractado durante o impedimento deste, dependendo porém da aprovação do Exmo Sr. Dr. Secretário do Interior...

Os grupos escolares foram construídos como verdadeiros templos do saber. Era uma época em que se substituíam as escolas-pardieiros pelas escolas-palácios, como Luciano Mendes de Faria Filho (1998, p. 137), denominou os grupos escolares que se disseminavam pelo país, em particular por Minas Gerais e por volta dos anos de 1906 a 1930. Assim também ocorreu em São Gotardo.

Ainda por proposta do Inspetor Alberto da Costa Matos foi organizado a Caixa Escolar Cel. Fonte Boa, nome este conservado até a presente data, anexa ao Grupo e teve a seguinte diretoria: presidente: José Gonçalves Ferreira; vice-presidente: Otaviano Ordones de Castro; tesoureiro: Vigilato Brasileiro; fiscais: José Batista Ferreira e José Fernandes da Veiga. E coube ao diretor do Grupo Escolar, professor Antônio Nelson de Moura, o cargo de secretário por força regulamentar.

A criação da Caixa Escolar do Grupo Afonso Pena se deu no mesmo dia da inauguração do Grupo escolar conforme ata da reunião do dia. Seque documentos da época da criação da caixa escolar:

Figura 12 – Cópia da Ata de reunião da primeira reunião da Caixa Escolar



Fonte: Arquivo da própria escolar organizada por volta das comemorações dos 100 anos no Grupo no ano de 2013.

Transcrevo a ata de criação da Caixa Escolar:

Acta primeira

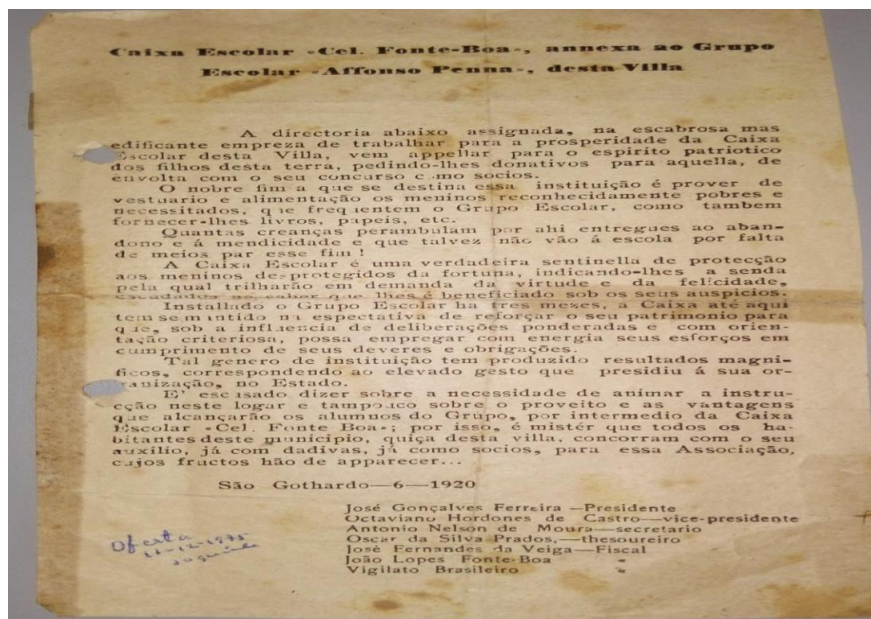
Sessão preparatoria para a organização de uma caixa escolar do grupo escolar “Affonso Penna Junior”

Aos 24 do mez de feveiro de 1920, nesta villa, na sala principal do grupo acima referido, as 13 horas e meia, após a instalação solenedo mesmo grupo, com a presença de grande número de senhoras e cavalheiros, abaixo assinados, por ppproposta do director e do inspector regional, representante do Secretário do Interior, ficou assentada a criação de uma caixa escolar, nesta villa, cujos fins e estatutos serão tratados em uma reunião que se realizará domingo proximo (29) do corrente. Serão co-fundadores. Aviso os que assignarem a presente acta. Para cosntar lavrei a presente acta. São Gothardo, 24 de fevereiro de 1920. Eu Antônio Moura servindo de secretário a escrevi.

A caixa escolar teria como objetivo pagar apequenas despesas que porventura podessem occorer dentre outros. De acordo com Mourão (1962 p. 166); “A caixa escolar era destinada às pequenas despesas do estabelecimento, de expediente e auxílios aos seus alunos pobres”.

Três meses após a fundação da caixa Escolar esta entra em ação pedindo ajuda aos cidadãos de São Gotardo com finalidade de cobrir os gastos da escola.

Figura 13 – Ata reunião Caixa Escolar para pedir ajuda da comunidade-



Fonte: Arquivo da própria escolar organizada por volta das comemorações dos 100 anos no Grupo no ano de 2013

A caixa escolar tinha como objetivo ao pagamento de pequenas e eventuais que possa ocorrer nas escolas.

As despesas com hospedagem das autoridades que vieram a São Gotardo no momento da inauguração do grupo escolar foram pagas pela Câmara dos Vereadores no mês de maio de 1920 e este assunto também foi colocado em pauta na reunião do dia 04 de maio do mesmo ano, sendo aprovado o pagamento de duzentos reis ao senhor Francisco Joaquim de Araújo que era o proprietário da “Pensão Familiar” onde ficaram hospedados os visitantes.

Reunião Vereadores para pagar despesas com visitantes durante a inauguração do Grupo Escolar Afonso Pena. Segue o recorte da ata em que foi discutido o pagamento ao Sr. Francisco referentes às despesas de hospedagem das autoridades que estiveram presentes na inauguração do Grupo Escolar Afonso Penna Junior.

Figura 14 - Recortes da Ata de reunião da Câmara dos vereadores de 04 de maio de 1920.

Ata da reunião ordinaria da Camara Municipal, realisada em quatro (4) de Maio de 1920.
 Aos quatro dias do mes de Maio do anno de mil nove centos e vinte, nesta Villa de São Gotardo, na sala do Paço Municipal, presente o Cidadão Antonio Lopes Fontes Boa, Presidente

proposto em discussao o projecto, numero dois que autorisa ao Presidente a pagar ao Sr. Francisco Joaquim de Araújo, duzentos mil reis (200.000), de despesas de hospedagem das occorridas da installação do Grupo Escolar, e autorisa igualmente a despende no corrente exercicio até duzentos mil reis (200.000) com fornecimentos de remédios aos indigenas

Fonte Arquivo Câmara de Vereadores de São Gotardo- MG.

De acordo Zacur (2017, p 68):

Mas em 1931, o dr. Bento foi convidado a exercer o cargo de ceonselheiro junto ao prefeito discricionário João Noronha, sucedido por Anatólio Lima. Após essas duas rápidas gestoões, o dr. Bento Ferreira dos Santos tornou-se prefeito discricionário de São Gotardo, em ato assinado pelo governador Olegário maciel, emagosto de 1933.

Dona Maria Guiomar, então esposa de Bento Ferreira dos Santos, prefeito de São Gotardo de 1933 a 1946, foi uma das primeiras professoras do Grupo Escolar Afonso Pena.

De Acordo com Zacur (2017, p. 94.):

Dona Guiomar foi uma das primeiras professoras normalistas a ocupar uma cadeira para ela no Grupo Escolar Afonso Penna, que havia sido recém inaugurado em São Gotardo. Pouco tempo depois, Maria Guiomar assumiu, ainda que de forma interina, em agosto de 1921, sua primeira turma. No mês seguinte ocupou oficialmente a sua cadeira de professora, conforme consta no livro de registros mantido na escola Afonso Pena.

No ano de 1921, ano este que marca o início efetivo do Grupo escolar Afonso Junior em São Gotardo também, aconteceu uma Conferência Interestadual do Ensino Primário, onde se buscava enfrentar o desafio da educação brasileira que era o de diminuir o alto índice de analfabetismo. De Acordo com Zacur (2017, p. 94.):

O início da carreira desta professora assim, como do grupo Escolar coincidem com a Conferência Interestadual do Ensino Primário em 1921. Onde o grande desafio da educação brasileira era enfrentar uma situação caótica que se encontra a educação nestes 30 primeiros anos de regime republicano. Os índices de analfabetismo chegaram a ser de 60,1%, enquanto que as verbas aplicadas em educação em alguns estados (Pernambuco e Bahia), eram até menores que as do regime imperial.

Uma preocupação tanto dos governantes quanto da sociedade em relação a educação era além do analfabetismo, buscar melhorar as escolas, tanto quanto aos prédios, assim como a substituição de professores leigos por professores normalistas. É o que Zacur (2017, p 95) afirma que:

Nas escolas, nos governos e na sociedade, era unanime a certeza de que precisa fazer urgentemente alguma coisa para se mudar esta realidade. Onde se deveria substituir as escolas precárias e professores leigos por modernas escolas e professoras normalistas. Quando Maria Guiomar chegou em São Gotardo em 1921, desde logo se empenhou em modernizar o ensino.

Figura 15 – Professora Maria Guiomar e sua turma de 1922



Fonte livro da família Vidas, Tempos e Espaços p.95.

O Grupo escolar além de seu primeiro diretor Antônio Nelson de Moura e contou com Alberto Costa Matos como Inspetor de ensino.

Seque a ordem cronológica dos diretores do Grupo Escolar Afonso Pena quando desde sua implantação até o ano de 1931, quando este funcionará em primeiro e antigo prédio de acordo com os arquivos da Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena, 1930 sem precisar o ano de cada um, pois os documentos do Grupo Escolar desde o ano de 1920 até os anos de 1950 foram queimados sobre a alegação de que uma secretária fora portadora de tuberculose e que esta doença poderia ser passada a outros : 01° - Antônio Nelson de Moura (1920); 02° - Joaquim Pinheiro Neto; 03° - Maria Guiomar dos Santos; 04° - Vicente Prado; 05° - Beraldina Nunes Bicalho; 06° - Francisco Alxino de Almeida; 07° - João Maciel; 08° - João Batista Alves de Lima; 09° - Marcelino Pinto Ribeiro; 10° - Francisco Alves F. Prado Junior 11° - José Soares de Andrade.

Figura 16 - Grupo Escolar Afonso Pena São Gotardo MG 1921



Fonte: Arquivo da Escola. Antônio Nelson de Moura (diretor), Joaquim Pinheiro Costa (professor) (estes dois ao centro da fotografia) e a primeira turma de alunos.

Os grupos escolares eram parte de um projeto civilizatório republicano mais amplo, capaz de impulsionar o desenvolvimento contínuo da sociedade. Araújo (2006 p. 15) assim os caracteriza: “edifícios arquitetonicamente expressivos, qualificados como palácios em Minas Gerais, e em Goiás, e a centralidade da inspeção escolar e de seu papel fiscalizador do andamento pedagógico-escolar”.

Interessante também é ressaltar que uma nova organização espacial não parecia não ser o único acontecimento que mudaria nesta sociedade, pois os grupos escolares marcaram o início de uma pontualidade do relógio; uma vez que eram marcados pontualmente a entrada, os recreios e a saída dos alunos.

De acordo com Zaccur (2017, p.98):

Mas não bastaria uma nova organização espacial exibindo uma arquitetura funcional e bela. Os grupos escolares, a exemplo do modelo fabril, entraram também no tempo do relógio, marcando pontualmente a entrada, os recreios e a saída dos alunos, como símbolo de um controle que foi se tornando gradativamente maior.

A educação na década de 1920 estava embasada no método intuitivo ou lições de coisas que abriam margens à criatividade.

A construção do grupo escolar na cidade de São Gotardo vem marcar um novo tempo para seu povo. Pois de acordo com Ferreira (1976, p. 48): “Sendo que sua construção teve história pitoresca, de vez que São Gotardo na época não conhecia tijolos”. E ainda : seria interessante que que o prédio fosse conservado com marco da história do ensino primário na comuna.”

Outro ofício marcante data de 1928 tirado do *Livro de Exercícios* citado por Pessoa (2000), quando o diretor João Batista Alves de Lima alerta ao então Secretário do Interior Francisco Campos, sobre uma avaliação de haver crianças que exigiam cuidados médicos por apresentarem sintomas de morfeia.

Segue o ofício citado por Pessoa (2000, p. 137):

Exmo Sr. Dr. Francisco Campos D. D. Secretário do Interior:

Tenho subida honra de levar aos conhecimentos de V. Excia que, na presente matrícula deste estabelecimento existem algumas creanças com symptomatologia de morfeia, que, senão declarada, capaz de contaminar seus colegas, serem oriundas de famílias declaradamente afetadas do terrível mal, sendo que, diversos membros dessas famílias vivem a mendigar pelas ruas desta cidade, ou a desfructar de seus haveres por não existir um lugar próprio para o isolamento de tão infelizes indivíduos.

Para salvar minha responsabilidade e evitar reclamações futuras por parte dos senhores paes solicitei do distinto e abalisado clínico, Dr. Joao Eduardo Lucas Pereira Filho, estabelecido nesta cidade a declaração junta aqui, com muito prazer, remeter à V. Excia paras as devidas providências.

Saudações respeitosas. J. B. Alves de Lima, o Director.

Também o mesmo autor, analisando o livro de *Termos de Exercícios*, traz a informação que no ano de 1928 o Grupo Escolar contava com um número expressivo de alunos; uma vez que no comunicado das comemorações cívicas daquele ano contou com a presença de 350 alunos em desfile pelas principais ruas da cidade de São Gotardo.

Segue o ofício citado por Pessoa (2000, p.138):

Ao Dr. Inspetor Geral de Instrução:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia que o grupo Escolar Conselheiro “Affonso Penna Junior” dessa cidade de S. Gothardo comemorou condignamente a gloriosa a data de 21 de abril (1928). Depois das preleções feitas pelas professoras das respectivas classes houve solene hasteamento da Bandeira, falando brilhantemente nessa ocasião sobre a data histórica o talentoso acadêmico Christophoro Fonte Boa e a inteligente alumna do quarto anno Hélia Fonte Boa.

Após o hasteamento do pavilhão nacional e entoados vários hymnos patrióticos e canções, organizou-se em seguida uma imponente passeata cívica com a presença de 350 alumnos percorrendo as principais ruas da cidade em visita às auctoridades locais, falando o Professor Marcelino Pinto Ribeiro e as professoras Rita de Araújo, Nattheres de Resende, Maristela Arantes e vários oradores, sendo aclamado delirantemente os nomes de V. Excia, do benemérito Presidente Antônio Carlos, do ilustre Secretário do Interior Dr. Francisco Campos e de outros mineiros ilustres. Foram distribuídas balas e bonbons pelas professoras aos alunos das suas respectivas classes.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. Excia os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Respeitosas saudações.

S. Gothardo 24 de abril de 1928 O Director F. A. Prado Junior.

Uma das formas de se promover os novos ideais republicanos era o de se comemorar datas importantes a este e era comum e até uma exigência que fosse promovido momentos cívicos como o hasteamento da bandeira e que este fosse semanal e também a comemoração do dia da bandeira estes acontecimentos eram realizados no Grupo escolar Afonso Pena. Seque uma foto que foi tirada logo após a celebração do dia da bandeira em 1928.

Figura 17 Alunos professores e diretor Grupo Escolar Afonso Pena no ano de 1928



Fonte arquivo da escola.

Este educandário funcionou nesse local até o dia 12 de agosto de 1931, de acordo com o ofício nº 35 de 06 de outubro de 1931, enviado ao Secretário de Educação pelo então diretor José Soares de Andrade, que comunicava a transferência do Grupo Escolar Afonso Pena do velho prédio, para a Praça São Sebastião onde está localizado e funciona até os dias de hoje.

O estabelecimento foi um dos primeiros Grupos Escolares da região Centro-Oeste de Minas Gerais e ficou conhecido pelo seu padrão de ensino e disciplina. O Grupo Escolar foi construído por Anacleto Romagnoli. Ferreira (1970, p.70) afirma que “o educandário funcionou no prédio de sua instalação até o dia de 12 de agosto de 1931”, transferindo para o prédio em que funciona atualmente.

O local que foi destinado à construção do novo prédio do Grupo Escolar Afonso Pena, era de propriedade do Cel. Antônio Rodrigues Ribeiro, de sua esposa Enéas Gontijo e também de Antônio Viçoso Gontijo, e contava com uma área que media 34 metros de frente e 63 metros de fundo somando uma área de 2.142 metros quadrados.

O presidente da Câmara Municipal, Antônio Lopes Fonte Boa comprou este terreno e para isto teve como autorização a Lei Municipal de nº 169 de 20 de fevereiro de 1928, pelo valor de cinco contos e seiscentos mil réis. Após a compra, o terreno foi doado ao Estado de Minas Gerais, representado pelo Senhor Coletor Estadual Cap. Rodolpho Resende de Oliveira. A escritura pública foi lavrada em 13 de março de 1928 pelo 2º Tabelião João Lopes Fonte Boa, sob o nº 2256, fl 113 do livro 9F.

De acordo com Zaccur (2017 p. 71):

Menos de dez anos depois, a Câmara Municipal de São Gothardo, atenta à disseminação de escolas-palácio, comprou um amplo terreno para construir ali um novo grupo escolar. Era novamente presidente da câmara Antônio Lopes Fonte Boa. A escritura de compra foi lavrada no dia 13 de março de 1928, no valor de cinco contos e seiscentos mil réis. Dessa vez, a obra foi concluída em pouco mais de dois anos, graças ao aporte financeiro obtido junto ao governador Olegário Maciel.

No dia 2 de agosto de 1931 o Grupo Escolar, passou a ter um novo endereço perto de onde funcionou o primeiro prédio, agora na mesma Praça São Sebastião, nº 162, onde se encontra instalado até os dias de hoje e agora denominado de Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena.

O novo prédio possuía na época 06 salas de aula, gabinete espaçoso, sala para banheiros e dois espaços para museu e biblioteca, quase todas completamente sem mobiliário.

Foi enviado o ofício de nº 35, de 06 de outubro de 1931, direcionado ao então Secretario da Educação, comunicando a transferência do Grupo Escolar. Segue o ofício citado por Pessoa (2000, p.139):

“Exmo Sr. Secretário da educação:

Comunico a V. Excia que de acordo com a autorização recebida pelo Sr. Prefeito substituto deste município procedente de V. Excia transferi em 02 de agosto de 1931 as aulas para o novo prédio do Grupo Escolar. A autorização à Diretoria do Grupo constante do ofício de numero 269 aqui chegou com grande atraso, demorando assim essa minha comunicação.

Certifico a V. Excia que o mobiliário do prédio velho que apenas possuía 4 (04) salas de aulas é completamente insuficiente para o prédio novo que possui 06 salas, gabinete espaçoso, sala para toilletti e dois espaçós para museu e biblioteca, todas quase completamente vasia de mobiliário. Possui ainda seis filtros a vela, já colocados, mas sem as devidas talhas para depósito e seus devidos suportes.

Enfim a falta de mobiliário, exceto carteiras para este prédio novo é completa porque o que existe está todo estragado e velho demais. Acompanha este uma copia da ata das inaugurações e respectivo auditorium e um programa. Apresento-lhe saudações.

O Diretor José Soares de Andrade.”

A transferência no dia 8 de agosto de 1931, contou com uma solenidade iniciada com a bênção do novo prédio pelo Padre Sinfrônio Bahia da Rocha, sendo paraninfos, Antônio Lopes Fonte Boa e Bento Ferreira dos Santos. Houve festividades e estavam presentes o Diretor do Grupo Escolar José Soares de Andrade e as professoras Maria M. de Rezende, Rita Coelho Duarte, Julita Fonte Boa, Amélia Franco, Maria Vitória Franco, Maristela M. Santos, Ernestina Santana, Elza Fonte Boa, Olímpia A. Araújo, Catarina Resende e o professor Marcelino Pinto Ribeiro.

De acordo com Zaccur (2017, p. 71):

Na cerimônia de inauguração aconteceu em 12 de agosto de 1931, ainda na gestão do primeiro prefeito discricionário João Ferreira Noronha, falaram dois patronos. Como não poderia de ser, o primeiro foi o patrono do projeto do novo Grupo Escolar Afonso Pena, o coronel Antônio Lopes Fonte Boa. O segundo foi o conselheiro Bento Ferreira dos Santos, que esteve em Belo Horizonte junto ao governador Olegário Maciel a fim de ultimar o que fosse necessário para a inauguração do novo prédio.

Numa época em que estavam ligados de maneiras bem significativas os grupos escolares e os ideais republicanos; São Gotardo passou a vivenciar este cenário com o então novo Grupo Escolar Afonso Penna.

Figura 18 - Foto do prédio da Atual E. E. Cons. Afonso Pena.



Fonte: Arquivo da escola 2018.

De acordo com Zaccur, (2017, p. 72):

À época era muito significativa o papel dos grupos escolares, Havia “a estreita relação entre o republicanismo e os grupos escolares, concebendo estes como irradiadores daquele”. Souza acrescenta que: “A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações”. Conseqüentemente em São Gotardo a vida

da cidade entrava pelas portas do Grupo Escolar Afonso Penna, e a cidade se abria à escola que fazia parte do programa político.

Sua arquitetura ainda encanta os visitantes da cidade e embeleza a praça; tendo sido, no ano de 1999, através do decreto nº 61, de 14/04/1999, aprovado o tombamento do imóvel pelo prefeito Gilberto de Oliveira Candido (Ganga). Este novo prédio do Grupo Escolar, hoje, Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena foi tombado pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de São Gotardo.

Atualmente a escola atende a mais de 700 alunos. Com um quadro de mais de 50 funcionários dentre eles: 1 diretor, 1 vice-diretor, especialistas em Educação, secretárias, mais de 40 professores e conta ainda com ATB (Auxiliar Técnico da Educação Básica), ASB (Auxiliar de Serviços em Educação Básica, contando com uma cantina e uma quadra de esportes localizada próximo á escola. Prestando ótimos serviços educacionais ao município na educação contando com turmas do primeiro ao nono ano da educação fundamental.

O grupo Escolar Afonso Pena fez parte do cenário histórico de São Gotardo uma vez que tem ligação direta com emancipação deste município, assim como também foi a única escola a funcionar neste município por mais de 35 anos, e neste período era reconhecido não como a única e sim como um Grupo Escolar integro e que alcançava resultados brilhantes ao se tratar da educação sangotardense.

Hoje o Grupo Escolar recebe a denominação de Escola Estadual Afonso Pena continua a brilhar no município de São Gotardo prestando bons serviços educacionais a comunidade local. Uma escola centenária com história marcante e que ainda continua a fazer história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco conhecer o contexto nacional, estadual e local durante a primeira república com busca ao entendimento da criação, implantação assim como a trajetória da instituição em foco, o que levou a buscar nos antecedentes de ordem local à criação da mesma em 1913, no processo de quase 7 anos até a instalação do Grupo Escolar Afonso Pena em 1920, e desde esta até o ano de 1931, quando este passou a funcionar em um novo prédio, e se instaurou legislativamente a reforma escolanovista sob a responsabilidade de Francisco Campos, reforma esta que expressa uma grande ênfase na aprendizagem, em sobrepondo ao do ensino convencional; ao objetivo desta reforma era difundir a escola primário no estado de Minas Gerais.

O período entre 1920 e 1931, conforme documentação analisada no capítulo 3, se refere ao período em que o grupo escolar Afonso Pena funcionou em seu primeiro endereço. Um longo prazo da instalação do Grupo Escolar Afonso Pena de forma tardia ao se comparar com outros citados no capítulo 2, buscou-se verificar como as reformas educacionais levaram esse modelo de escola graduada e seriada, quer seja no Brasil de um modo geral, assim como em Minas Gerais a partir de 1906.

Os grupos escolares, criados eminentemente como sendo urbanas, foram criados para que pudessem agora atender a um grande número de alunos, e ainda que todos os alunos deveriam como direito, ter acesso aos mesmos métodos, conteúdos e orientações didáticas e organizacionais, como também em sua maioria em prédios próprios, espaçosos e higiênicos.

Estes estabelecimentos foram planejados para serem padrões e se tornarem o que de mais moderno podia ser ter no que diz respeito à educação como o que mais adiantado havia em termos de escolarização na Primeira República no território brasileiro.

Suas salas de aula, homogêneas, tanto em relação à idade, quanto ao sexo dos alunos, em substituição às classes de alunos que mantinham em um mesmo espaço da sala de aula, alunos com diferentes níveis de aprendizagem, e idades e tinham como fundamento educacional a divisão de trabalho racional. Com ensino organizado de forma padronizada e racionalizada, buscando atender a uma série de objetivos em relação tempo - educação, e com a utilização de relógios e sirenes para organização do tempo escolar.

Os Grupos escolares formam um marco divisório entre o passado imperial e a sociedade a primeira república, estes eram vistos como templos do saber. Assim como então a educação passou a ser um direito de todos e também gratuito e garantido pelo Estado.

Muitos eram as exigências desde a estruturação, formas geométricas da construção e até a localidade onde estes deveriam ser construídos. Cantar os hinos, celebrar o dia da bandeira assim como o hasteamento semanal da bandeira eram entre outras algumas exigências da época. Outro ponto relevante a se destacar é postura e a disciplina do corpo docente, aprendidas na escola tanto nos cantos quanto nas atividades físicas. Foi neste ponto que os grupos escolares foram bem vistos pelos republicanos, pois estes buscavam promover a ascensão social e resolver o grande problema que era o alto índice de analfabetismo.

O modelo escolar, grupo escolar foi implantado inicialmente no estado de São Paulo na década de 1890 e após foi se disseminado mesmo de maneira lenta e gradual para os outros estados brasileiros.

No estado de Minas Gerais, os grupos escolares, passaram a ser criados, legalmente a partir da reforma João Pinheiro em 1906, mas foi disseminado a partir do ano de 1907, e coube ao município de Juiz de Fora como sendo o município pioneiro. Numa época em que a maioria da população mineira, cerca de 80 % era de residências rurais, ou seja, moravam em fazendas, e os grupos escolares na década de 1920 foram também entre outros um impulsionador da vida urbana pelos municípios onde foram se instalando.

Este modelo de ensino, os Grupos Escolares, tido como um projeto civilizador chegou também ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em muitos municípios existentes á época durante período da primeira república. São Gotardo, em particular, se adequou a este projeto moderno educacional apenas em 1920, apesar de ter sido legalmente criado em 1913.

Entre os anos de criação e instalação do Grupo Escolar Afonso Pena ocorreram várias discussões de ordem política na Câmara Municipal; em especial na gestão de Frederico Coelho, a sua construção foi concluída no ano 1916. Mas devidos divergências políticas entre os dois principais representantes da câmara municipal Frederico Coelho e António Lopes Fonte Boa e por alguns problemas em sua estrutura este só foi inaugurado em 1920. No entanto, o referido prédio passou por duas reformas uma na década de 1930, e uma que descaracterizado por completo o prédio e recebeu o apelido de Prédio Amarelo, depois desta grande reforma. Não encontrando, portanto, atualmente, nenhuma semelhança com aquele da época de seu funcionamento de 1920 a 1931.

Nos onze anos de seu funcionamento do Grupo Escolar Afonso Pena em seu prédio antigo, nota-se que este grupo escolar surgiu em um cenário otimista, do qual se buscava dar à educação um poder transformador da sociedade; mesmo havia uma enorme esforço tanto político quanto por parte dos diretores, professores, inspetores e líderes políticos locais e até mesmo estaduais. Também se percebe a grande dificuldade quanto às mudanças do método

educacional aplicado ainda de forma tradicional em detrimento ao método moderno, isto dos termos de visita e dos relatórios de inspetores que aconselhará aplicar o método intuitivo. Portanto estes esforços não foram capazes de corrigir ao menos nos primeiros de sua instalação, a realidade educacional.

Esta investigação partiu de uma análise documental, uma vez que se analisou vários documentos do final do século XIX e início do XX. Estes encontrados nos arquivos da prefeitura, câmara municipal, da escola e do setor de educação e cultura do município de São Gotardo. A maior parte dos documentos, foram encontrados nas atas e registros da Câmara Municipal de São Gotardo, e nas atas da escola e documentos conservados da mesma, os mesmos se não encontrando em perfeito estado de conservação e até grafias da época que dificultou um a compreensão dos mesmos.

Mas esta investigação levou a uma compreensão da historia educacional do município de São Gotardo entre o final do século XIX e inicio do século XX, em especial a história do grupo escolar Afonso pena dos anos de 1920 a 1931, foram muitas visitas aos locais de pesquisas em especial aos arquivos da escola e do setor de educação do município assim como também da Câmara Municipal, o que me colocou diante de diversos documentos como atas, documentos, comunicados, registros, fotografias, dessa época, e me fez entrar muitos autores importantes desta mudança educacional em São Gotardo importantes sim, ao ponto de que muitos deles tem nomes lembrados em vários nomes de ruas, avenidas e até praças em um do município de São Gotardo. Como gratidão de seus esforços e de suas marcas deixadas.

A criação e a implantação do Grupo Escolar Afonso Pena em São Gotardo MG representou um marco evolutivo para o município e região e de muito contribuiu para a historia da educação sangotardense e região devido a sua notória relevância para os primórdios da educação desta região.

A história da hoje Escola estadual Afonso Pena continua mais viva do que nunca! Pois a escola continua a sua historia educacional de São Gotardo com brilhantismo. E assim como foi uma escola construída com a participação de muitos membros da sociedade local; nos dias atuais outras pessoas com vista ao projeto educacional dão continuidade a sua história!

Os aspectos históricos dessa pesquisa poderão contribuir para o processo de formação dos educadores São Gotardo, oferecendo-lhes a oportunidade de conhecer a sua própria história e de sua profissão, além de fortalecer sua noção de cidadania, seu papel na sociedade e, especialmente, sua identidade e autonomia profissional.

Referências

ANTUNHA, Heládio C. G. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: MEC/INEP/CRPE, 1974.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Os Grupos Escolares em Minas Gerais: a reforma João Pinheiro (1906)**. Anais... do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação: Uberlândia, Minas Gerais – Brasil, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza.. **Os grupos escolares como Expressão Republicana: as especificidades no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba** . UFU 2007

ARAÚJO, José Carlos Souza.. **Grupos escolares em Minas Gerais: um estudo de caráter regional e demográfico sobre a primeira república**. UFU 2012

AURNHEIMER FILHO, Sérgio Paulo. **Benjamin Constant entre o Poder do Sabre e o Saber da Pena: um intelectual e sua ação institucional no Governo Provisório Republicano**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BELLO. Ruy de Ayres. **Pequena história da Educação**. Editora do Brasil, 1965.

BERLOFFA, Viviane de Oliveira. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A constituição dos grupos escolares no período republicano: perspectivas de modernização da sociedade brasileira**. Seminário de pesquisa PPE - Universidade Estadual de Maringá 07 a 09 de Maio de 2012.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos estados unidos do Brasil**. Riode Janeiro 1891 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos estados unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/comstituicao34.htm> Acesso em: 25 maio 2018.

BRASIL. **Decreto N° 10 de 10 de abril de 1835**. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Decreto N. 510 - de 22 de junho de 1890**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=388004&id=14448663&idBinario=15722625&mime=application/rtf>> Acesso em: 14 abril. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>> Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm> Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 16 de 12 de agosto de 1834.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm> Acesso em: 04 jun. 2018.

BRIQUET. Raul. **História da educação:** Evolução do Pensamento educacional. Ed. Renascença. São Paulo 1944.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública.** São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15 Vol.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo, RS: UPF. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **O espaço escolar como objeto da história da educação:** algumas reflexões. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, jan. 1998

FERREIRA, José Gonçalves. **História de São Gotardo.** Edição Prefeitura de São Gotardo Publicado Imprensa Mineira: Acervo jornalístico, 1976.

FORACCHI. Marialice. **Sociedade e Educação.** Biblioteca Universitária. 1993

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. **Analisando Imagens:** um ensaio sobre a criação de fontes narrativas para compreender os Grupos Escolares. Bolema, Rio Claro (SP), v. 23, nº 35A, p. 75 a 100, abril 2010.

ISOBE, Rogéria Moreira Resende. Educação e civilização do sertão : Práticas de constituição e modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920) PUC SP 2008.

LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 1, p. 32-60, Jun. 2011.

MOTTA JR, C. Recordações históricas (1873). Reportagem sobre a Convenção de Itu (1890). In: TAUNAY, A. de E. Guia do Museu Republicano Convenção de Itu. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

MOURÃO, Paulo Kruger Correa. **O ensino de Minas Gerais no tempo da República (1889-1930).** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE. Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro. EPU 1974

NAGLE. Jorge. **Educação na Primeira República.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPE/MEC, 1976.

NAGLE, J. A Educação na primeira república. In: PINHEIRO, P.S. O Brasil republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930) 5ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. Pró-Posições, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990

PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (Orgs.). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

PESSOA, Jose. **Raízes de São Gotardo**. Edição revista ampliada. 2ª ed. 2001. Gráfica Zardo

PESSOA, Jose. **São Gotardo; sua gente, sua evolução**. Ed. O Lutador 2ª ed. 2000.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. (2000). Filosofia e História da Educação. 15ª ed. São Paulo: Ática

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Finalidades da educação brasileira na Primeira República**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/finalidades-da-educacao-brasileira-na-primeira-republica/43445>> Acesso em: 14 abril. 2018.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. A produção de livros escolares da Editora Melhoramentos na Primeira República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2007, Santos. Anais eletrônicos... Disponível em: 05 jun 2018.

RIBEIRO, Josiane Míriam de Souza. Legislatura da Câmara Municipal de São Gotardo – 1º Centenário. Edição Comemorativa ao 1º Centenário. Câmara Municipal 2015.

ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

SAVIANI, Demerval. **Histórias da Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações, 11ª ed., 2ª reimpressão. Campinas: Autores Associados, 2013.

SANTOS, Marcos Ferreira. **A educação brasileira na Primeira República: o “doutor” positivista**. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/maurosilva/files/2914/16225/Educa%C3%A7ao+Brasileira+Primeira+Republica+-+aula+4.pdf>> Acesso em: 25 maio 2018.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa.** *Tempo*, Niterói, v.13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SILVA, Josie Agatha Parrilha da. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Carneiro Leão e a defesa da escola pública brasileira nas primeiras décadas do século XX.** 2005. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/264JosieParrilhaSilva_e_MariaGomesMachado.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890- 1910).** São Paulo: Editora UNESP, 1998. (Prismas)

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

STIGAR, Robson; SCHUCK, Neivor. **Refletindo a história da educação no Brasil.** Disponível em: <<http://www.opet.com.br/comum/paginas/arquivos/artigos/refletindoahistoriadaeducacaonobrasil.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

TANURI, Leonor. Contribuição para o estudo da escola normal brasileira. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, v. 13, p. 7-97, dez. 1970.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. A educação como problema central da sociedade. In: _____. *Educação no Brasil.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969a. p.01-07 Disponível em: . Acesso em: 5 jun 2018

TEIVE, Gladys Mary Teive Ghizoni. PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. **Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a reforma Orestes Guimarães (1911-1935)** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/449.pdf>> Acesso em: 25 maio 2018.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos, “**A Primeira Escola Normal do Brasil**”. In: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Orgs.) *As Escolas Normais no Brasil: do Império a República.* Campinas: Editora Alínea. 2008.

XAVIER. M.E.S.P. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961).* Campinas: Papirus, 1990.

ZACCUR. Edwirges Guiomar dos Santos. *Vida, tempos e espaço: histórias de Bento Ferreira dos santos e Maria Guiomar.* Niterói Alternativa. 2017.